



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Ludmilla Gomes da Silva dos Anjos

RELEVÂNCIA E TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS
ARRENDATÁRIAS: UMA ANÁLISE DO EFEITO DA ADOÇÃO DO IFRS 16 NO
MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS

Rio de Janeiro

2023

Ludmilla Gomes da Silva dos Anjos

RELEVÂNCIA E TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS
ARRENDATÁRIAS: UMA ANÁLISE DO EFEITO DA ADOÇÃO DO IFRS 16 NO
MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Thiago de Abreu Costa
Coorientador: Prof. Dr. José Augusto Veiga da Costa Marques

Rio de Janeiro

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

A599r Anjos, Ludmilla Gomes da Silva dos.
Relevância e tempestividade da informação contábil em empresas arrendatárias:
uma análise do efeito da adoção do IFRS 16 no mercado brasileiro de capitais /
Ludmilla Gomes da Silva dos Anjos. – 2023.
74 f.; 31 cm.

Orientador: Thiago de Abreu Costa.
Coorientador: José Augusto Veiga da Costa Marques.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis, 2023.
Bibliografia: f. 62-74.

1. Informação contábil. 2. *International Financial Reporting Standards*.
3. *Leasing*. I. Costa, Thiago de Abreu, orient. II. Marques, José Augusto Veiga
da Costa, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de
Administração e Ciências Contábeis. IV. Título.

CDD 657.3

Ludmilla Gomes da Silva dos Anjos

RELEVÂNCIA E TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS
ARRENDATÁRIAS: UMA ANÁLISE DO EFEITO DA ADOÇÃO DO IFRS 16 NO
MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2023.

Prof. Dr. Thiago de Abreu Costa - Presidente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Odilanei Moraes dos Santos – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a. Dr.^a. Mariana Pereira Bonfim – Membro Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dedico esse trabalho à minha mãe Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela minha vida, por permitir que todos meus planos se realizem e por me amar e proteger incondicionalmente.

Agradeço à Nossa Senhora, todas as criaturas angélicas e todos os santos por intercederem por mim diante do trono de Deus Pai.

Agradeço à minha família, em especial minha mãe Maria, por todo incentivo e apoio durante essa trajetória. Só nós sabemos o quanto foi difícil chegar até aqui e o quanto esse momento significa para toda família Gomes. Nosso primeiro diploma de mestrado!

Agradeço ao meu namorado Devon por me fazer sorrir e tornar meus dias melhores, me fazendo acreditar que eu posso chegar além do que imagino. A minha vida é mais feliz com você!

Agradeço a todos meus amigos, principalmente os que fiz durante essa trajetória. A turma Covid realmente é especial, como foi bom estudar e dividir tantos momentos com vocês. Em especial, André Lamblet, Priscyla Lopes e Thais Moraes, obrigada por tanta troca, paciência e lealdade. Sem vocês o caminho seria infinitamente mais difícil.

Agradeço a todos os professores do programa de pós-graduação da UFRJ e de outras instituições que tive contato e prazer em trabalhar e aprender. Um agradecimento especial aos meus orientadores Prof. Thiago e Prof. José Augusto que me guiaram e ensinaram tanto nessa dissertação e à banca de defesa composta pela Prof. Mariana Bonfim e Prof. Odilanei Moraes pela troca e preciosas contribuições que fizeram.

Agradeço à CAPES pelo incentivo e suporte e a toda sociedade que de certa forma contribui com a educação pública do Brasil. Que todo esforço e conhecimento contribua com um país mais justo e melhor.

“Direi ao Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei”. (SALMO 91).

RESUMO

Ao longo do período de vigência da IAS 17, a forma de contabilização dos arrendamentos foi objeto de muitas discussões. Por meio dos contratos de *leasing* operacional, o arrendatário não reconhecia ativos e passivos em seu balanço patrimonial decorrentes de tal operação, incorrendo na omissão de grandes montantes e afetando a tomada de decisão dos usuários. Com isso, o IASB emitiu um novo padrão contábil, o IFRS 16-*Leases* (no Brasil equivalente ao CPC 06 R2), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Com ele, a classificação dos arrendamentos pelas arrendatárias assume um único método de contabilização, onde ativos e passivos passam a ser reconhecidos no balanço. Assim, espera-se uma melhora na qualidade da informação contábil. Dessa forma, este estudo analisou o efeito da adoção do IFRS 16 na relevância e tempestividade da informação contábil em empresas arrendatárias do mercado brasileiro de capitais. Para isso, foram utilizadas técnicas estatísticas por meio de regressões a partir do modelo de Brown, Lo e Lys (1999), que avalia a relevância das informações contábeis por meio da sua capacidade de explicar o preço das ações. Utilizou-se também o modelo de Easton e Harris (1991), que avalia a tempestividade das informações contábeis por meio da capacidade de explicar o retorno das ações. Nos seis modelos foram mensuradas as mudanças no *value relevance* e *timeliness* no período pré (2017 e 2018) e pós (2019, 2020 e 2021) implementação do IFRS 16, sendo dois deles ajustado para uma análise setorial que avaliou os efeitos nessas métricas a depender do setor no qual a empresa pertence. A amostra é composta por 91 empresas listadas na B3, excluindo-se instituições financeiras por possuírem regulação própria e empresas que não atendam aos critérios estipulados. Os dados foram coletados pela base de dados da Economatica®. Os resultados revelaram uma redução da relevância e da tempestividade no período pós adoção, mesmo com o controle do efeito setorial, levando a rejeição das hipóteses. O *value relevance* e *timeliness* seguiram a mesma tendência de redução, coerente com Matos (2021) e contrário a Pettersson e Brusewitz (2020), pois acredita-se que os usuários da informação já incorporavam as informações referentes ao *leasing* em suas análises, e conseqüentemente, no preço das ações. Além de contribuir com o IASB, a pesquisa contribui com a literatura e amplia as discussões na academia, pois busca melhorar o entendimento dos efeitos da norma de *leasing* após sua adoção e, assim, dar mais visibilidade e aprofundamento ao tema.

Palavras-chave: IFRS 16; CPC 06 R2; relevância; tempestividade; qualidade da informação contábil.

ABSTRACT

How leases are accounted for, throughout the term of IAS 17, has been the subject of many discussions. Through operating lease contracts, the lessee did not recognize assets and liabilities in its balance sheet arising from such operation, incurring in the omission of large amounts and affecting the decision-making of users. As a result, the IASB issued a new accounting standard, IFRS 16-Leases (in Brazil equivalent to CPC 06 R2), which came into effect on January 1, 2019. With the adoption of this pronouncement, the classification of leases by lessees assumes a single method of accounting, where assets and liabilities are recognized in the balance sheet. Thus, an improvement in the earnings quality is expected. In consequence, this study analyzed the effect of adopting IFRS 16 on the value relevance in lessee companies in the Brazilian capital market. For this, statistical techniques were used through regressions from the model of Brown, Lo and Lys (1999), which evaluates the value relevance through its ability to explain the stock price. The Easton and Harris model (1991) was also used, which evaluates the timeliness through the ability to explain the stock returns. In the six models, changes in value relevance and timeliness were measured in the pre (2017 and 2018) and post (2019, 2020 and 2021) implementation of IFRS 16, two of which were adjusted for an industry analysis that evaluated the effects on these metrics depending on the industry in which the company belongs. The sample is composed of 91 companies listed on B3, excluding financial institutions because they have their own regulation and companies that do not meet the stipulated criteria. Data were collected by the Economatica® database. The results revealed a reduction in the value relevance and timeliness in the post-adoption period, even controlling for the sectorial effect, leading to rejection of the hypotheses. The relevance and timeliness value followed the same downward trend, consistent with Matos (2021) and contrary to Pettersson and Brusewitz (2020), as it is believed users already incorporated lease information in their analyses, and consequently, in the stock price. In addition to contributing to the IASB, the research contributes to the literature and expands discussions, as it seeks to improve the understanding of the effects of the leasing standard after its adoption and, thus, give more visibility and deepening to the theme.

Keywords: IFRS 16; CPC 06 R2; value relevance; timeliness; earnings quality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Determinantes da qualidade contábil	18
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resposta do preço à informação contábil.....	23
Quadro 2: Comparação do balanço patrimonial entre IAS 17 e IFRS 16	33
Quadro 3: Comparação da DRE entre IAS 17 e IFRS 16	34
Quadro 4: Setores afetados conforme estudos anteriores.....	36
Quadro 5: Amostra da pesquisa.....	41
Quadro 6: Modelos de relevância utilizados na pesquisa.....	42
Quadro 7: Variáveis dos modelos de relevância	44
Quadro 8: Modelos de tempestividade utilizados na pesquisa.....	44
Quadro 9: Variáveis dos modelos de tempestividade.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados da análise do modelo 1 de relevância.....	48
Tabela 2: Resultados da análise do modelo 2 de relevância.....	49
Tabela 3: Resultados da análise do modelo 3 de relevância.....	51
Tabela 4: Resultados da análise do modelo 4 de tempestividade.....	53
Tabela 5: Resultados da análise do modelo 5 de tempestividade.....	54
Tabela 6: Resultados da análise do modelo 6 de tempestividade.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEL–Associação Brasileira das Empresas de Leasing
ABRASCA–Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC–Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais
B3–Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN–Banco Central do Brasil
BOVESPA–Bolsa de Valores de São Paulo
CFC–Conselho Federal de Contabilidade
CMN–Conselho Monetário Nacional
CPC–Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM–Comissão de Valores Mobiliários
FIPECAFI–Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GAAP–Generally Accepted Accounting Principles
IAS–International Accounting Standards
IASB–International Accounting Standards Board
IASC–International Accounting Standards Committee
IBRACON–Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPC–Interpretações - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IFRIC–International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS–International Financial Reporting Standards
ITR–Informações Trimestrais
NYSE–New York Stock Exchange
OCPC–Orientações - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
PIB –Produto Interno Bruto
PIR–Post-Implementation Review
SIC–Standard Interpretations Committee

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2	OBJETIVOS	14
1.3	JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES.....	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1	IFRS E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	17
2.1.1	Relevância.....	20
2.1.2	Tempestividade.....	23
2.1.3	Modelos econométricos	25
2.2	HISTÓRICO NORMATIVO.....	28
2.2.1	Antecedentes: a IAS 17	28
2.2.2	O Novo Padrão: a IFRS 16	32
2.3	DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES.....	37
3	METODOLOGIA.....	40
3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA	40
3.2	OPERACIONALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS E VARIÁVEIS	41
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.1	RELEVÂNCIA.....	48
4.2	TEMPESTIVIDADE.....	53
4.3	SÍNTESE DOS RESULTADOS	56
5	CONCLUSÃO.....	59
	REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A contabilidade, que é uma ciência social, vem ao longo do tempo sendo ajustada conforme forças político-econômicas. Com isso, de forma impreterível e essencial, surgiu a necessidade das práticas contábeis se integrarem. A redução nos custos de comunicação e no processamento de informações impulsionaram o crescimento da integração mundial dos mercados e da política (BALL, 2006).

Os avanços na informação e na tecnologia da computação facilitam que os participantes do mercado e autoridades dos países colem e processem informações para monitorar e controlar o risco financeiro das transações. Além disso, a criação e expansão de empresas multinacionais por meio dos processos de fusão e aquisição é uma segunda força que conduz a globalização econômico-financeira (HÄUSLER, 2002).

Também devem ser considerados os mecanismos de intermédio de fluxos fronteiriços para diminuir as barreiras do comércio de serviços financeiros, como formação de blocos econômicos e políticas governamentais de abertura econômica, além da mediação financeira por partes de órgãos reguladores para estimular uma gama mais ampla de instituições fornecedoras de serviços financeiros (HÄUSLER, 2002).

É nesse contexto que o *International Accounting Standards Committee* (IASC) passou a emitir as normas internacionais de contabilidade, as *International Accounting Standards* (IAS) em 1973, com o intuito de padronizar os relatórios financeiros para os investidores localizados em diferentes países, a fim de facilitar a leitura das informações contábeis e os investimentos entre companhias de localidades distintas (BALL, 2006).

Em 2001, o *International Accounting Standards Board* (IASB), uma reestruturação do IASB, começou a desenvolver as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que a partir de 2005 tornaram-se obrigatórias em países membros da União Européia (BALL, 2006). O objetivo do órgão emissor é desenvolver padrões confiáveis, de alta qualidade e que possibilitem a divulgação de informações que sejam transparentes e passíveis de comparação (FUNDAÇÃO IFRS, 2022).

No Brasil, a convergência das normas internacionais se deu com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 e posteriormente com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), destacando-se também a Instrução CVM nº 457/2007 (RODRIGUES; GOMES, 2014).

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu um novo padrão contábil de relatório financeiro, o IFRS 16-*Leases*. No Brasil, a aprovação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, correlacionado ao IFRS 16, se deu em 06 de outubro de 2017, sendo sua aplicação de cunho obrigatório nas empresas a partir de 1º de janeiro de 2019. O novo padrão rompeu com as duas formas de classificação dos arrendamentos mercantis pela perspectiva dos arrendatários, operacional e financeiro, como até então era tratado pela norma vigente anteriormente, a IAS 17.

Havia uma preferência das empresas em classificar os arrendamentos em operacional (HOOGERVORST, 2016). Essa classificação pela IAS 17 admitia que as companhias mantivessem fora do balanço informações que eram relevantes (MARTINS, MACHADO E MACHADO, 2013). Ainda que as empresas fossem obrigadas a divulgarem em notas explicativas informações adicionais sobre o *leasing* operacional, essa medida era insuficiente para a tomada de decisão dos usuários (ALVES, 2020).

A partir do modelo único de contabilização das operações de *leasing* pelos arrendatários introduzido pelo IFRS 16, os ativos e os passivos de arrendamento precisaram figurar no balanço patrimonial enquanto o impacto no resultado, passaria a ser refletido na forma de juros do contrato e de depreciação do ativo.

Assim, como expõe Marques (2021), a posição financeira das arrendatárias com as operações de arrendamento, que antes não eram registradas, sofrem mudanças quando os contratos são capitalizados, havendo impacto em todos os índices financeiros que são afetados por essa estimativa. No entanto, a magnitude do impacto varia de acordo com o volume de *leasing* operacional que a empresa possui e do setor em que ela atua.

Para KPMG (2018, n.p.) “O reconhecimento da maioria dos arrendamentos no balanço foi impulsionado pelo IASB para melhorar a transparência, a comparabilidade e a divulgação das atividades de arrendamento das empresas”, ou seja, espera-se uma melhora na qualidade da informação contábil.

Nesse sentido, a qualidade da informação contábil tem sido reconhecida pelos usuários como uma importante ferramenta ao funcionamento do mercado de capitais. No entanto, há diferentes formas de defini-la e medi-la. Algumas das métricas que podem ser utilizadas para tal são a relevância da informação contábil ou *value relevance* e a tempestividade ou *timeliness* (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Segundo o CPC 00 (R2), a informação contábil pode ser considerada relevante quando é capaz de influenciar na decisão econômica dos usuários externos quando possuírem valor preditivo ou/e confirmatório. Esse atributo foi explorado pela primeira vez na academia

a partir da pesquisa de Ball e Brown (1968), que se tornou referência no tema e, desde então, outros estudos nacionais e internacionais foram desenvolvidos.

Quanto a tempestividade, o CPC 00 (R2) afirma que informações tempestivas são aquelas disponibilizadas a tempo, a fim de possam influenciar a tomada de decisão dos usuários. Com isso, é possível correlacionar relevância e tempestividade. Para uma informação ser oportuna, ela precisa ser relevante (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Dessa forma, há um esforço na área contábil em atestar que as demonstrações contábeis são fontes capazes e seguras de gerar informações que sejam mais completas, relevantes e impactem as escolhas dos usuários, indo muito além de cálculos parciais ou de cálculos baseados em fluxos isolados. A contabilidade é uma ciência que não só trata o passado, mas que também expõe as previsões de acontecimentos futuros como forma de auxiliar o processo decisório de analistas, investidores, credores, governo, dentre outros usuários (SZUSTER, 2015).

Diversos estudos simularam o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis e nos indicadores econômico-financeiros, a citar por exemplo Duke, Hsieh e Su (2009); Fitó, Moya e Orgaz (2013); Wong e Joshi (2015); Öztürk; Serçemeli, (2016); Sari, Altintas e Tas (2016); Bunea-Bontaş (2017); Cezario (2017); Giner e Pardo (2017); Joubert, Garvie e Parle (2017); Săcărin (2017); Maglio, Rapone e Rey (2018); Matos e Niyama (2018); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018b); Stancheva-Todorova e Velinova-Sokolova (2019); Campanha e Santos (2020).

Eles concentram sua análise num período pré-adoção da norma, quando as informações das operações de *leasing* operacional precisavam ser capitalizadas baseadas em dados coletados das notas explicativas. Como exceção, tem-se o estudo de Campanha e Santos (2020), que utilizou de demonstrações contábeis dos anos de 2016 e 2017, porém com análise no período pós adoção.

A quantidade de artigo é relevante porque o projeto do IFRS16 durou uma década para ser elaborado pelo IASB, abrindo margem para diversas conjecturas. Apesar disso, todas elas contribuíram para um melhor entendimento da norma, possíveis consequências e impactos que o IFRS 16 traria para empresas e usuários.

Há estudos em que suas análises são baseadas em setores, como Arroziom Gonzales e Silva (2016); Hoogervorst (2016); You (2017); Giner e Pardo (2018); Veverková (2019); Ribeiro et al. (2020); Güdelci (2021). A análise desses estudos revela que os setores mais impactados são os de aviação, varejo, viagens e lazer e transportes.

Pesquisas apontaram possíveis efeitos na relevância da informação contábil a partir da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2). Os achados de Alves (2020) e Pettersson e Brusewitz (2020) indicaram que houve um aumento no *value relevance*. Essas pesquisas, que foram realizadas após a adoção do IFRS 16, ano de 2019, passam a utilizar dados que já constam no balanço patrimonial, e que antes desse período eram coletados de notas explicativas.

Assim, face os impactos dessa nova norma na qualidade da informação contábil, estabeleceu-se como questão de pesquisa: **Quais os efeitos da adoção do IFRS 16 na relevância e na tempestividade da informação contábil das empresas arrendatárias no mercado brasileiro de capitais?**

1.2 OBJETIVOS

Para que seja possível responder a esta questão, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o efeito da adoção do IFRS 16 na relevância da informação contábil e na tempestividade da informação contábil em empresas brasileiras arrendatárias do mercado brasileiro de capitais no período de 2017 a 2021. Os objetivos específicos são:

- a) Verificar se a aplicação do IFRS 16 aumenta a relevância da informação contábil;
- b) Verificar se a aplicação do IFRS 16 aumenta a tempestividade da informação contábil;
- c) Examinar o impacto da adoção do IFRS 16 na relevância da informação contábil pela perspectiva setorial;
- d) Examinar o impacto da adoção do IFRS 16 na tempestividade da informação contábil pela perspectiva setorial.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Essa pesquisa se justifica pelos arrendamentos possuírem um papel considerável na economia brasileira. Conforme os dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Empresas de *Leasing* (ABEL), o total de *leasing* em junho de 2022 representa aproximadamente 0,20% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo mais de 90% desse valor, realizado por pessoas jurídicas. Os dados também constataam que essa participação na economia brasileira vem aumentando nos últimos 3 anos.

Além disso, estudos no campo dos mercados financeiros possibilitam que pesquisadores examinem o papel da contabilidade e a maneira em que as informações

contábeis influenciam e se relacionam com os usuários. O processo de internacionalização dos mercados por meio da globalização e a importância das transações nele envolvidas para a economia requerem o desenvolvimento de pesquisas nessa área da contabilidade (LOPES, 2001).

Torna-se evidente a importância de estudos em mercados de capitais como o brasileiro, pelo fato de o Brasil ter um papel expressivo em mercados emergentes como integrante do BRICS, onde a percepção das informações quando divulgadas pode afetar e influenciar na tomada de decisão de diversos participantes.

Quanto às contribuições da pesquisa, vale destacar que em janeiro de 2021, o IASB convocou acadêmicos para identificar como eles poderiam contribuir com o *Post-Implementation Review* (PIR), que o IASB realiza após a alteração de uma norma, normalmente dois anos depois dela ter sido implementada internacionalmente. Segundo o IASB, a PIR é uma oportunidade do Conselho em avaliar o efeito dos novos requisitos contábeis gerados por uma norma IFRS sobre as empresas, investidores e auditores (FUNDAÇÃO IFRS, 2023).

Nesse sentido, o IASB afirma que ao realizar essa revisão, tem-se como finalidade avaliar se os objetivos de padronização foram alcançados; as informações fornecidas pela norma são úteis para os usuários das demonstrações financeiras; os custos decorrentes da preparação, auditoria, aplicação ou uso das informações fornecidas pela norma são amplamente os esperados pelo Conselho quando a desenvolveu; os requisitos são capazes de ser aplicados de forma consistente (FUNDAÇÃO IFRS, 2023).

Até o presente momento, a PIR ainda não foi publicada, por isso a importância de estudos serem desenvolvidos, como a presente pesquisa, que contribuem com o IASB. Além disso, a pesquisa contribui com a literatura e amplia as discussões na academia, pois busca melhorar o entendimento dos efeitos da norma de *leasing* após sua adoção e, assim, dar mais visibilidade e aprofundamento ao tema. Conforme Lourenço e Branco (2015), a adoção do padrão IFRS tem sido um dos tópicos mais discutidos e estudados na contabilidade nos últimos anos.

A partir dele, surgiram novas oportunidades de pesquisa na contabilidade, já que a alteração de normas contábeis possui influência direta na qualidade dos relatórios financeiros (LOURENÇO; BRANCO, 2015). O IFRS 16 por ter sido implementado recentemente, ou seja, as primeiras demonstrações seguindo esse novo padrão de cunho obrigatório foram divulgadas em 2019, há poucos estudos que contemplam essa temática.

Foi feita uma definição dos meios que seriam a base de busca dos artigos utilizados para abordar o tema dessa pesquisa. Para tal, foram selecionados como ferramentas as bases de dados do Periódico Capes, *Spell* e *Google Acadêmico*. Entretanto, no Brasil, não foram identificados estudos que utilizem a *proxy* de *value relevance*, *timeliness* ou ambas para analisar o efeito na qualidade da informação contábil após a adoção da norma IFRS 16 pelas empresas de acordo com os setores que pertencem. Dessa maneira, cobre-se uma lacuna na literatura brasileira sobre o assunto.

A partir dos resultados que serão obtidos, esse estudo almeja gerar informações relevantes que possam contribuir com:

- O IASB, fornecendo indícios sobre a pós implementação, fomentando evidências ao processo normativo;
- Estudantes que desejam se inteirar sobre o papel do IFRS 16 na perspectiva do *value relevance* e *timeliness*;
- Pesquisadores que terão uma estrutura inicial para dar continuidade a pesquisa de acordo com as demandas e necessidades da academia e do mercado;
- Executivos, analistas e investidores que poderão acompanhar o comportamento atual do mercado brasileiro de capitais pelo viés abordado e tomar o estudo como uma fonte auxiliadora na tomada de decisões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 IFRS E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O fenômeno da globalização dos mercados de capitais gerou a necessidade de inúmeros países em padronizar sua legislação contábil a um único conjunto de normas globalmente aceitas, que permitissem uma melhor compreensão do desempenho financeiro das empresas e que favorecessem a movimentação econômica mundial (NEEDLES JR., 2010).

Esses padrões globais são fundamentais, pois consolidam práticas contábeis e de auditoria, uma vez que para os profissionais da contabilidade é menos complexo se familiarizar a um conjunto específico de normas. Além disso, melhoram a qualidade da informação, favorecendo a alocação de capital global, aumento da transparência, redução do custo de capital e por consequência, aumento de investimentos em todo o mundo (NEEDLES JR., 2010).

Dessa forma, surgiram as normas IFRS pelo IASB, criado em 2001, como um sucessor do IASC (WHITTINGTON, 2008). Os padrões contábeis criados pelo IASB tiveram como objetivo principal tornar os relatórios contábeis financeiros das empresas de diferentes nações passíveis de comparação. Com isso, alguns países autorizam ou ordenam que as demonstrações contábeis sejam elaboradas a luz dos IFRS/IAS (RODRIGUES, 2012). Em 2022, as normas são aplicadas para 166 jurisdições ao redor do mundo (FUNDAÇÃO IFRS, 2022).

No Brasil, a convergência se deu com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 e posteriormente com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), destacando-se também a Instrução CVM nº 457/2007. É de competência do Comitê estudar as normas internacionais de contabilidade, traduzi-las e adaptá-las às leis brasileiras, em casos de discordância (RODRIGUES; GOMES, 2014).

As normas emitidas pelo CPC são de 3 tipos: Pronunciamentos Técnicos (CPC), Interpretações (ICPC) e Orientações (OCPC). Instituição autônoma, seu corpo é formado pelos órgãos: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (APIMEC), Brasil, Bolsa, Balcão (B3), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Também conta com participação de representantes do Banco Central do Brasil,

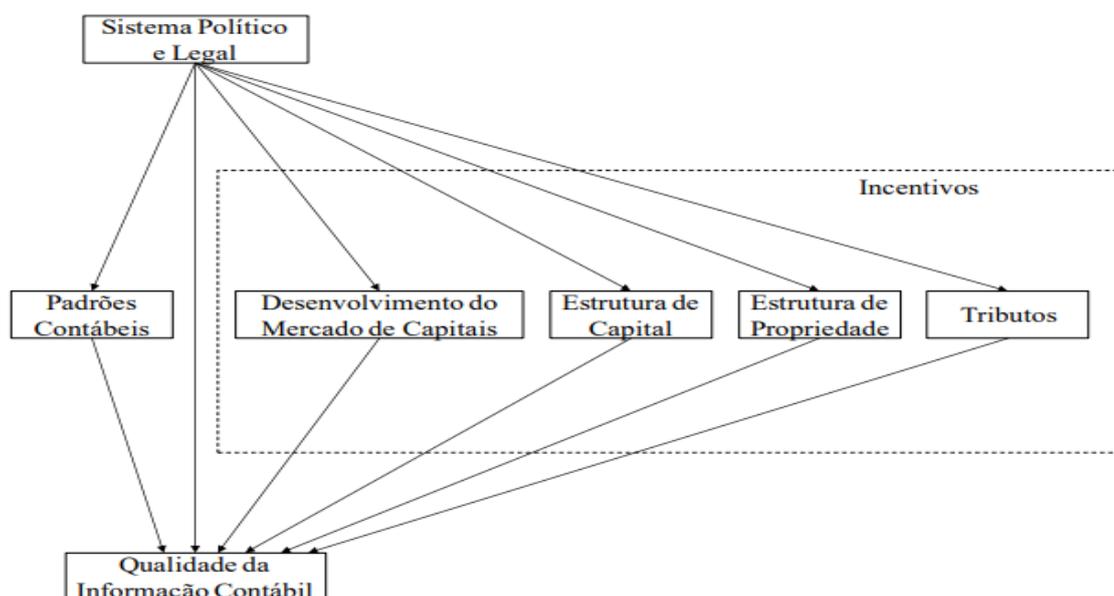
Comissão de Valores Mobiliários, Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (CPC, 2022).

O processo de convergência, segundo Niyama (2010, p. 38), “[...] busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas”.

Essa afirmação pode ser reiterada por Weffort (2005, p. 21) quando afirma que “[...] a harmonização pode ser entendida como um processo por meio do qual as diferenças nas práticas contábeis entre os países são reduzidas”. Importante ressaltar que a emissão desses padrões contábeis internacionais deve ser baseada em princípios em detrimento de regras (SUNDER, 2009), o que exige mais julgamento por parte dos profissionais. Um sistema com base no padrão IFRS é capaz de gerar informações financeiras mais tempestivas, com maior qualidade, além de reduzir a discricionariedade que outros padrões contábeis ofereciam aos gestores (BALL, 2006).

Segundo Soderstrom e Sun (2007), os padrões contábeis, desenvolvimento do mercado de capitais, estrutura de capital, estrutura de propriedade e tributos afetam a qualidade da informação contábil, como demonstrado na Figura 1. Os padrões contábeis são apenas um desses determinantes. Como os outros fatores ainda continuarão a distinguir-se entre países, por serem características próprias, é possível que a qualidade da informação contábil continue também a divergir entre cada nação.

Figura 1: Determinantes da qualidade contábil



Fonte: Soderstrom e Sun (2007, p. 688), versão traduzida pela autora (2023).

Soderstrom e Sun (2007) afirmam que se esperava que os relatórios financeiros elaborados de acordo com o IFRS se tornassem cada vez mais relevantes e confiáveis, já que o IASB permanece na incumbência de melhorar essa qualidade. Entretanto, os autores defendem que a aplicação de um único padrão contábil pode interferir negativamente na qualidade da informação contábil das entidades e dos países em virtude de outros fatores do sistema político e legal, apresentados na figura anterior.

Alguns estudos pioneiros como o de Barth, Landsman e Lang (2008) e Daske et al. (2008) e Bradshaw e Miller (2008) demonstraram que a adoção de padrões IFRS aumenta a qualidade das demonstrações financeiras. O aumento da qualidade da informação contábil está atrelado a um aumento da transparência dos relatórios contábeis e a uma diminuição da assimetria informacional (PERERA; BAYDOUN, 2007).

Dessa forma, a tomada de decisão por parte dos usuários externos é facilitada (COLAUTO et al., 2010), além de influenciar no desenvolvimento do mercado de capitais (MARTINEZ, 2001). Conforme Cappellessio, Niyama e Rodrigues (2021, p. 9), “as informações contábeis de qualidade são necessárias para que a contabilidade cumpra seu papel de prestadora de informações”. Esses achados vão ao encontro a Constituição do IASB, aprovada em março de 2000, quando elenca os objetivos da implementação do IFRS.

Lopes (2002, p. 90) ratifica que “o estudo do papel da contabilidade como fornecedora de informações para o mercado de capitais é de extrema importância para a avaliação da eficiência da informação contábil no atendimento de alguns de seus mais importantes usuários: analistas e investidores de mercados de capitais”. Souza e Borba (2017) afirmam que há uma tendência de que as companhias que mais divulgam sejam mais valorizadas.

A sociedade como um todo também tem exigido das organizações, públicas ou privadas, uma maior transparência e engajamento com a gestão corporativa, por meio do *accountability* e *disclosure* das informações. Em um contexto de transformação de ordem socioeconômica, acredita-se que todos são responsáveis pela estruturação do meio social e pelo estabelecimento de mudanças que possam agregar valor à comunidade (KLANN; SALLA, 2014).

Brown (2013) expõe alguns argumentos em prol da adoção dos IFRS que geralmente são expressos com menos regularidade. O autor cita o acesso às normas contábeis que muitos países passam a ter, e até então não tinham, a divisão de custos do processo de normalização contábil e o aumento da mobilidade de profissionais da área contábil no mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, salienta-se que a qualidade da informação contábil é de difícil mensuração (ISIDRO; RAONIC, 2012). Para Dechow, Ge e Schrand (2010) não há um termo específico que a defina, podendo ser medida a partir de diferentes métricas. Os autores constataram que as pesquisas empíricas não têm colocado foco na mensuração da qualidade, mas no estabelecimento de testes e critérios/métricas, que por conseguinte apuram essa qualidade da informação. Algumas dessas métricas são a relevância e a tempestividade, foco deste estudo, que serão abordadas nas seções a seguir.

2.1.1 Relevância

A *informativeness* presente nas demonstrações financeiras é “a capacidade ou conteúdo informativo dos números contábeis em refletir a realidade econômica das firmas” (ALMEIDA, 2010, p. 10). Uma das medidas pela qual essa capacidade pode ser contemplada é pela relevância (ALMEIDA, 2010), sendo uma das mais empregadas para mensurar a qualidade da informação contábil (LUBAVE; MAZZUCO; NEZ, 2017). De acordo com Santos, Lemes e Barboza (2019), recentemente a relevância tem ganhado ênfase na literatura por pesquisadores por ser associada a adoção do IFRS.

O CPC 00 (R2) orienta que para as informações financeiras sejam úteis, precisam ser relevantes e fidedignas. Elas possuem relevância quando forem capazes de impactar na tomada de decisão dos usuários externos e quando possuírem valor preditivo ou/e confirmatório. Quanto maior a relevância que os números contábeis obtiverem, melhor qualidade eles terão (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

Segundo Barth, Beaver e Landsman (2001), o valor de mercado das empresas possui correlação com as informações contábeis por elas divulgadas. Assim, quando o preço das ações responde as informações contábeis, é dito que elas possuem relevância/*value relevance* ou são relevantes/*value relevant*.

Embora os autores tenham estabelecido esse conceito, eles afirmam que a primeira definição de relevância foi evidenciada na pesquisa de Amir, Harris e Venuti (1993), onde constataram que as reconciliações de lucros e patrimônio líquido para o *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) americano são mais relevantes, se comparado com o GAAP do país em que a empresa é oriunda.

Scott (2015) afirma que a abordagem de *value relevance* pondera que os investidores almejam fazer suas previsões futuras sobre o retorno dos títulos a partir de todas as informações úteis a eles fornecidas. Além disso, essa métrica traz uma contribuição

acadêmica, no que tange a pesquisas empíricas, já que estas auxiliam profissionais da contabilidade aumentarem ainda mais a utilidade das informações, propiciando que o *feedback* do mercado oriente esses profissionais sobre quais informações são prezadas pelos investidores.

No entanto, Scott (2015) ratifica que os contadores podem continuar se esforçando para que entreguem informações com cada vez mais qualidade para aumentar sua competitividade no mercado de capitais, porém devem ponderar até que ponto essa informação seja mais útil é mais vantajoso e benéfico comparado ao custo para gerá-la.

As pesquisas com o tema em relevância da informação contábil tiveram início com os estudos de Ball e Brown (1968) e posteriormente Beaver (1968). Esses foram pioneiros nas pesquisas de *Capital Market-Based Accounting Research* (CMBAR), que é a análise da relação entre as variáveis contábeis e o mercado de capitais (LIMA, 2010). De acordo com Lopes e Martins (2005, p. 37), “apesar das críticas a essa linha de pesquisa, o *mainstream* da pesquisa em contabilidade financeira continua sendo relacionado ao mercado de capitais”.

Ball e Brown (1968) investigaram e constataram a associação entre preço das ações e os resultados divulgados de 261 empresas listadas na NYSE no período de 1957 a 1965. Beaver (1968) examinou a reação dos investidores em ações ordinárias aos anúncios de lucros, sendo este refletido no volume de movimentação e preço dessas ações nas semanas próximas a data do anúncio. A amostra foi composta por 143 empresas no período de 1961 a 1965.

Scott (2015) ressalta a importância de revisar o artigo de Ball e Brown (1968), pois trata-se de um estudo atemporal. A metodologia é básica e as adaptações e extensões ainda são comumente empregadas até os dias atuais. Esse trabalho funciona como um guia e incentiva muitos pesquisadores a entenderem a importância dos relatórios financeiros na concessão de informações úteis e no processo de tomada de decisão.

A partir disso, inúmeros estudos empíricos utilizaram e vêm utilizando a métrica da relevância nessa linha de investigação (KOTHARI, 2001), trazendo também discussões adicionais a diversas áreas da contabilidade. No Brasil, estudos sobre *value relevance* foram introduzidos e desenvolvidos nas pesquisas acadêmicas com o trabalho de Lopes (2001) e a posteriori, com Lopes et. al (2007) (DELVIZIO et al., 2020). Esses trabalhos são considerados marcos na academia brasileira, pois, a partir deles, diversos estudos foram e vêm sendo desenvolvidos.

Lopes (2001) analisou o papel da informação contábil para explicar o comportamento dos títulos das ações de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo

(BOVESPA) no período de 1995 a 1999, utilizando o modelo de Ohlson (1995). Concluiu-se que a informação contábil é mais significativa na explicação dos preços concorrentes e que os valores do patrimônio têm alta capacidade explicativa dos preços comparado com os resultados. Assim, demonstrou-se que a informação contábil tem potencial em demonstrar sua relevância nos mercados emergentes, achado este não sendo comum na literatura até então.

De acordo com Houlthausen e Watts (2001), pesquisas em relevância podem ser classificadas em três diferentes categorias:

- a) Estudos de associação relativa: comparação entre os valores ou mudanças dos preços das ações e medidas alternativas de resultados. Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, estudos que investigam se a receita calculada a partir de um novo padrão contábil está mais associada com os preços das ações em comparação com as receitas calculadas a partir de padrões contábeis antigos. Neles, geralmente efetua-se a comparação dos R^2 dos modelos de regressão. O padrão contábil que apresentar maior R^2 é o dado como mais relevante;
- b) Estudos de associação incremental: investigam se alguns valores contábeis são úteis na explicação do preço das ações, dadas outras variáveis de interesse. Nesse tipo de estudo, geralmente, utiliza-se regressões. O número contábil é relevante se o coeficiente da regressão for significativamente diferente de zero;
- c) Estudos de conteúdo de informação marginal: analisam se um certo valor contábil é capaz de incrementar o conjunto de informações disponíveis para os investidores. Normalmente, utiliza-se metodologias de estudos de evento, onde analisa-se se a disponibilidade de certa informação pode ser associada a mudanças de valor de ativos. Essas mudanças são tidas como evidências da relevância.

Para Martins, Machado e Machado (2013), pesquisas com a métrica de *value relevance* normalmente se baseiam na hipótese de mercado eficiente (HME), como sugeriu Fama (1970). Essa hipótese sugere que os preços dos títulos das empresas a qualquer momento refletem todas as informações divulgadas no mercado, desde que sejam relevantes, transparentes e tempestivas. O Quadro 1, exposto por Lopes (2001), sintetiza essa ideia.

Quadro 1: Resposta do preço à informação contábil

Informação Contábil \ Eficiência de Mercado	Mercado Eficiente	Mercado Não Eficiente
Relevante	A resposta é rápida e imediata. O mercado é capaz de avaliar notas explicativas e outras evidências complexas (derivativos, pensões etc.)	A resposta não é rápida. Os mercados não avaliam a informação e não são capazes de interpretar evidências mais complexas
Irrelevante	Sem reação	Inconsistente

Fonte: Lopes (2001, p. 5).

De acordo com Almeida (2010), o comportamento do mercado depende das circunstâncias do ambiente em que as demonstrações financeiras são divulgadas, embora, para Lopes (2001), não haja nível de eficiência absoluto como demonstrado na tabela anterior. Os achados de pesquisas empíricas de contabilidade associadas ao mercado de capitais, de maneira geral, ratificam a hipótese de mercado eficiente (LIMA, 2010).

2.1.2 Tempestividade

De acordo com o CPC 00 (R2), a utilidade das informações relevantes e fidedignas são ampliadas a partir das características qualitativas de melhoria, sendo elas a comparabilidade, capacidade de verificabilidade, compreensibilidade e tempestividade. Soltani (2002) ressalta que a tempestividade é apontada como um dos atributos mais importantes para os usuários, profissionais da contabilidade e órgãos reguladores.

A tempestividade ou *timeliness* remete ao uso que os investidores fazem da informação ao fixar preços (EASTON, 1998). Essa característica está relacionada ao tempo em que a informação financeira estará disponível aos usuários, sendo assim capaz de impactar seu poder decisório, e por consequência modificar o valor das ações. A tempestividade está atrelada a velocidade no qual o valor da empresa reconhece o lucro (Bushman et al., 2004). Conforme Silva, Souza e Klann (2016, p. 492), “é necessário que a periodicidade das informações que são preparadas e divulgadas de modo sistemático seja mantida”.

Pode-se afirmar que as informações contábeis são tempestivas quando se dá o fato gerador e assim são registradas variações patrimoniais, ofertando aos usuários uma chance maior de aproveitar com mais eficácia a utilidade desses dados. A falta de tempestividade gera relatórios financeiros incompletos, dificultando suas análises. Dessa forma, registros patrimoniais nas demonstrações contábeis devem ser sempre atualizados e completos (IUDÍCIBUS, 2005).

Quanto maior o grau de associação entre o comportamento dos investidores e o resultado contábil divulgado, mais oportuna essa informação é, pois é possível revelar os resultados esperados pelo mercado (SANTOS; COSTA, 2008). Caso a informação contábil não retrate a realidade econômica de forma fidedigna, os usuários não terão necessidade de as utilizarem, perdendo assim sua finalidade (LOPES; MARTINS, 2005). Se a informação não é relevante, ela não pode ser vista como oportuna (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Dechow (1994) e Collins et al. (1994) reforçam que a incapacidade dos lucros atuais de integrar completamente o efeito dos eventos econômicos nos preços acarreta lucros que exprimem informações incluídas nas variações dos preços com atraso, sendo denominada de intempestividade ou falta de tempestividade.

Cabe ressaltar a relação entre as métricas da relevância e da tempestividade. A concepção de qualidade dos lucros está amplamente associada à relevância. A partir dela, é possível captar a reação do mercado para mensurar o impacto que os relatórios financeiros causam na tomada de decisão dos investidores na tentativa de prever a performance futura das firmas (SCOTT, 2009).

Em contrapartida, Ibid (2009) afirma que a tempestividade pode ser um fator de restrição na relevância, pois o atraso na divulgação por parte dos gestores gera informações menos relevantes. Segundo Tazik e Mohamed (2014), para sobreviver em um ambiente competitivo, informações relevantes, confiáveis e tempestivas são essenciais aos usuários.

Butler, Kraft e Weiss (2007) caracterizam a tempestividade em dois modos distintos. O primeiro conceito é denominado *intra period timeliness* (IPT), onde a velocidade com cada informação dos lucros é captada pelo preço durante um determinado período, como nos estudos de Ball e Brown (1968) e Alford et al. (1993).

Já o segundo conceito é nomeado de *long Horizon timeliness*, que captura até que ponto os lucros atuais são explicados por ou explicam a renda econômica atual, como por exemplo os estudos de Beaver, Lambert e Ryan (1987); Basu (1997); Pope e Walker (1999); Ball, Kothari e Robin (2000); Bushman et al. (2004) e Lundholm e Myers (2002).

Os autores também reforçam que a diferença entre as duas formas de tempestividade é importante. IPT mede a velocidade de formação de preços com base em lucros durante um período específico, independente do poder explicativo geral dos lucros para retornos dentro do período de relatório.

Em contrapartida, *long Horizon timeliness* representa a extensão em que o lucro contábil fica defasado em relação a receita econômica, *proxies* padrão que ajudam a explicar o

modelo de uma regressão retorno-lucro ou a magnitude dos coeficientes de inclinação em tal regressão. *Long Horizon timeliness* está associada ao conceito de *value relevance*.

2.1.3 Modelos econométricos

Os estudos em relevância utilizam regressões lineares a partir de duas abordagens, sendo elas os modelos a nível de preço, com objetivo de averiguar a significância estatística dos coeficientes da regressão, e os modelos a nível de retorno, com intuito de examinar a capacidade explicativa da regressão (LIMA, 2010). Nessa perspectiva, Duarte, Girão e Paulo (2017) revelam:

Os modelos de *value relevance* são importantes para verificar se os números contábeis são significativos para a tomada de decisão dos investidores, pois, caso contrário, todo esforço dispendido pelos órgãos normatizadores será inútil se as informações prestadas pelas firmas não tiverem utilidade para os usuários (nesse caso, o mercado de capitais), haja vista que os custos dos processos de emissão de normas pelos órgãos e de elaboração dos relatórios financeiros pelas empresas são elevados (DUARTE; GIRÃO; PAULO, 2017, p. 112).

Os modelos de preço e retorno são resultantes do modelo de avaliação desenvolvido por Ohlson (1995). Esse por vez, teve como base o modelo de lucro residual de Preinreich (1938), Edwards e Bells (1961) e Peasnell (1981), e fundamenta-se em três premissas (LIMA, 2010).

A primeira premissa determina o valor da empresa sendo o valor presente dos dividendos futuros esperados. A segunda, denominada de relação do lucro limpo, considera que as transações que incorrem em modificação no patrimônio líquido da empresa, precisam passar pelo resultado. Quanto a terceira premissa, é definido que o patrimônio líquido aumenta em função de uma taxa menor que o custo do capital. Quando essas três premissas foram aglutinadas, originou-se o modelo de Ohlson (1995), no qual o valor da firma é equivalente a soma do valor presente dos lucros residuais futuros esperados com o patrimônio líquido.

Embora oriundos do mesmo modelo, o modelo de preço exprime o nível de valor da empresa, retratando a capacidade das informações contábeis na explicação dos preços das ações. O valor de mercado é uma função linear do capital próprio e do valor presente dos resultados anormais futuros esperados (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001).

Para Santos e Silva (2014), a maior parte das pesquisas com tema sobre relevância da informação contábil utilizam regressões lineares multivariadas tendo como base o modelo

proposto por Collins, Maydew e Weiss (1997), que foi derivado a partir de Ohlson (1995), e é apresentado pela Equação 1.

$$P_{it} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \beta_2 PL_{it} + \varepsilon_{it} \quad \text{Eq. (1)}$$

Onde: P_{it} é o preço da ação da empresa i no período t ; LL_{it} é o lucro líquido por ação da empresa i no período t ; PL_{it} é o patrimônio líquido por ação da empresa i no período t ; β_0 é o coeficiente linear da regressão; $\beta_{1,2}$ são os coeficientes angulares da regressão; ε_{it} é o termo de erro da regressão.

Algumas características do modelo desenvolvido por Collins, Maydew e Weiss (1997) podem ser alvo de críticas na academia. Estudos como o de Dechow, Ge e Schrand (2010) criticam o uso do coeficiente do lucro como forma de mensurar qualidade da informação contábil e outros como o de Barth, Li e McClure (2018) advertem quanto a falta de variáveis de controle.

Brown, Lo e Lys (1999) também salientam problemas relacionados ao efeito escala, gerando um R^2 alto o que pode prejudicar a inferência dos resultados. Dessa forma, os autores utilizaram o preço do período anterior como deflator para mitigar esses efeitos, sendo o modelo apresentado na Equação 2.

$$\frac{P_{it}}{P_{it-1}} = \beta_0 + \beta_1 \frac{LL_{it}}{P_{it-1}} + \beta_2 \frac{PL_{it}}{P_{it-1}} + \varepsilon_{it} \quad \text{Eq. (2)}$$

Onde: P_{it} é o preço da ação da empresa i no período t deflacionado pelo preço do final do período $t-1$; LL_{it} é o lucro líquido por ação da empresa i no período t deflacionado pelo preço do final do período $t-1$; PL_{it} é o patrimônio líquido por ação da empresa i no período t deflacionado pelo preço do final do período $t-1$; β_0 é o coeficiente linear da regressão; $\beta_{1,2}$ são os coeficientes angulares da regressão; ε_{it} é o termo de erro da regressão.

Ainda com todas as críticas, o modelo de preço vem sendo bastante utilizado em diversas pesquisas ao longo dos anos, por justamente valer-se somente de duas variáveis contábeis para calcular o valor da empresa, por associar as informações contábeis com a avaliação de mercado e por medir o grau de explicação dos modelos pela comparação do coeficiente de determinação (R^2) (FERREIRA et al., 2021). A partir dessas variáveis é

possível analisar a relevância não só pelo balanço patrimonial como também pela demonstração dos resultados (CHEN; CHEN; SU, 2001; YE, 2007).

Já o modelo de retorno demonstra o nível de correlação entre as variações nos lucros em um certo período e a variação nos preços neste mesmo período, ou seja, estabelece o que se reflete nas mudanças de valor da empresa em um tempo específico. Essa correlação é capaz de prever se os lucros correntes influenciam os retornos correntes. (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001). A partir dele, é possível avaliar a relevância somente pela perspectiva da demonstração dos resultados CHEN; CHEN; SU, 2001; YE, 2007).

O modelo de Easton e Harris (1991) é um modelo de retorno bastante utilizado em pesquisas de *value relevance*, sendo apresentado pela Equação 3.

$$Ret_{it} = \beta_0 + \beta_1 \left(\frac{LL_{it}}{P_{it-1}} \right) + \beta_2 \left(\frac{\Delta LL_{it}}{P_{it-1}} \right) + \varepsilon_{it} \quad \text{Eq. 3}$$

Onde: Ret_{it} é o retorno da empresa i no tempo t ; LL_{it} é o lucro líquido da empresa i no período t ; ΔLL_{it} é a variação do lucro líquido da empresa i no período t ; P_{it-1} é o preço da ação da empresa i no período anterior a t ; β_0 é o linear da regressão; $\beta_{1,2}$ são os coeficientes angulares da regressão; ε_{it} são os resíduos da regressão da regressão.

Segundo Silva (2013), a literatura fornece evidências de que geralmente os modelos de retorno são utilizados para analisar a tempestividade. Easton (1999) afirma que as regressões de retorno são capazes de serem utilizadas como suporte para testar hipóteses sobre *timeliness* ou tempestividade sobre variações nos números a partir dos relatórios financeiros. Barth, Beaver e Landsman (2001) orientam que se a questão de pesquisa estiver associada a determinar se o valor contábil é tempestivo, analisar mudanças no valor da empresa a partir desse modelo é a escolha apropriada para o projeto de pesquisa.

Nesse sentido, a aplicação desses modelos estatísticos em pesquisas de contabilidade pode ser associada aos padrões contábeis. Segundo Lourenço e Branco (2015) é amplo e consolidado na academia, estudos que associam qualidade da informação contábil aos efeitos da adoção do IFRS.

Não há consenso na literatura que afirme qual abordagem econométrica seja a mais adequada. Santos, Lemes e Barboza (2019) afirmam que a depender do modelo escolhido, seja ele a nível de preço ou retorno, os resultados da adoção do IFRS podem sofrer alteração, indicando uma maior ou menor relevância. A este fato também deve-se considerar que a

adoção em cada país obteve sua singularidade, por influência até mesmo da estrutura legal, econômica, política e social.

A pesquisa de Santos, Lemes e Barboza (2019) realizou uma meta-análise de 26 artigos, que analisaram empresas do mercado brasileiro de capital entre 1997 e 2014, no qual foram empregados os modelos de preço ou retorno ou ambos, proposto por Ohlson (1995) para averiguar a relevância a nível de adoção dos padrões internacionais. Os resultados indicaram que o lucro líquido obteve ganho de relevância após a adoção do IFRS, enquanto o patrimônio líquido sofreu diminuição pelo modelo de preço. Segundo os autores, esses achados são similares a outros países.

Kothari e Zimmermann (1995) e Easton e Sommers (2003) recomendam que sejam aplicados ambos os métodos para que uma maior robustez nos resultados seja alcançada, visto que cada um deles possui suas limitações. Landsman e Magliolo (1988) ressaltam que a escolha da abordagem depende de um conjunto de fatores, sendo eles as hipóteses da pesquisa e de considerações econométricas. Nessa pesquisa, serão utilizados os dois modelos, associando o *value relevance* (preço) e *timeliness* (retorno) à adoção do IFRS 16.

2.2 HISTÓRICO NORMATIVO

2.2.1 Antecedentes: a IAS 17

Arrendamento mercantil (*leasing*) é uma operação praticada por diversas empresas a nível mundial. De acordo com Toledo Filho (2012, p. 75), “é uma operação contratual pela qual uma empresa (arrendadora) adquire ou fabrica determinado bem que cede para uso da arrendatária, podendo ser pessoa física ou jurídica, mediante pagamento de contraprestações periódicas”.

Segundo o autor, essas operações já eram praticadas na década de 50, ainda que na época não existisse uma legislação vigente. Apenas em 12 de setembro de 1974, a legislação brasileira, por meio da Lei nº 6.099, com redação alterada pela Lei nº 7.132 de 26 de outubro de 1983, trouxe a definição de arrendamento mercantil. Pode-se destacar também as resoluções nº 351/75 e nº 2.309/96 do Banco Central, que disciplinam e consolidam as normas relativas às operações de *leasing*.

Esse tema envolve discussões em áreas diversas do conhecimento (MATOS, 2013), como a contabilidade. A inserção do arrendamento mercantil nas normas contábeis iniciou na década de 40 nos Estados Unidos e vem sofrendo constantes mudanças em sua legislação

(MATOS; MURCIA, 2019). Segundo Wolk, Dodd e Rozycki (2008), a norma contábil do *leasing* é a mais alterada em nível nacional e internacional.

O *International Accounting Standards Committee* (IASC) emitiu em 1982 o *International Accounting Standard 17- Accounting for Leases* (IAS 17) e posteriormente uma nova versão em 1997, a IAS 17- *Leases*, entrando em vigência em 1999. Em 2003, o *International Accounting Standards Board* (IASB) revisou e adotou a IAS 17- *Leases*, vigorando até dezembro de 2018. No Brasil, essa norma equivale ao CPC 06 (R1), aprovado e divulgado em 2010.

A IAS 17 definia locação como um acordo entre duas partes, no qual o locador repassa ao locatário o direito de usar um ativo por um intervalo de tempo em contraprestação de um pagamento ou série de pagamentos (IAS 17, §4). O arrendamento mercantil era classificado em dois tipos: operacional e financeiro.

A depender da classificação, a locação acarretaria formas distintas de contabilização e tratamentos nas demonstrações financeiras, fazendo com que os investidores não obtivessem suas necessidades informacionais atendidas (LLOYD, 2016). Na classificação como financeiro, ativos e passivos eram reconhecidos no balanço da arrendatária, incorrendo subsequentemente em despesas de depreciação e encargos financeiros. Na classificação como operacional, o arrendamento era tratado como despesa na demonstração de resultado ao longo do contrato, fora do balanço patrimonial (*off-balance sheet*), como uma mera despesa de aluguel.

De acordo com Matos e Niyama (2018, p. 325), “Como resultado dessa divergência, os investidores ajustavam as demonstrações financeiras dos locatários para reconhecer ativos e passivos que se encontravam “fora do balanço”, procedendo ao recálculo de indicadores relevantes na análise econômico-financeira das entidades”.

O processo de capitalização dos valores omitidos no balanço patrimonial é complexo, pois envolve cálculos difíceis com um conhecimento específico em contabilidade e finanças. Essa estimativa tem uma implicação mais danosa na tomada de decisões se comparado a um cenário em que essas informações já estivessem agregadas nos relatórios contábeis (NELSON; TAYLER, 2007), pois apresenta distorções em todos os índices financeiros (ÖZTÜRK; SERÇEMELI, 2016).

Esse argumento pode ser reiterado por Machado e Machado (2013, p. 84) quando afirmam que o arrendamento operacional “pode acarretar omissão de informações acerca de direitos e obrigações que atendem às definições de ativo e passivo e que podem ser relevantes para os usuários das demonstrações contábeis”. Isso dificultaria a comparação adequada entre

as empresas (BUNEA-BONTAŞ, 2017), seja por meio das demonstrações financeiras e/ou dos índices financeiros (DÍAZ; RAMÍREZ, 2018a).

Pelo fato do IAS 17 não possibilitar uma visão dos ativos controlados pelo arrendatário e dos pagamentos que não poderiam ser por ele evitados (IASB, 2016b), esse modelo foi alvo de muitas críticas ao longo do tempo. Alguns estudos demonstram essas críticas, como o de Duke, Hsieh e Su (2009); Cornaggia, Franzen e Simin (2013); Nuryani, Hengb e Julieta (2015); Wong e Joshi (2015); Öztürk e Serçemeli (2016); Bunea-Bontaş (2017); Díaz e Ramírez (2018a); Maglio, Rapone e Rey (2018); Matos e Niyama (2018); e Campanha e Santos (2020).

Um estudo do IASB (2016b) com 30.000 companhias listadas constatou que 14.000 delas divulgam informações sobre operações de *leasing* que estavam fora do balanço no anexo às demonstrações contábeis. Dentre essas 14.000, 62% pertenciam a América do Norte, 47% a Europa, 43% a Ásia/Pacífico, 23% a América Latina e 23% a África/Oriente Médio, totalizando fora do balanço um valor de US\$ 2,18 trilhões.

Segundo Hoogervorst (2016), em 2016, companhias listadas em diversos mercados ao redor do mundo, possuíam cerca de três trilhões de euros em arrendamentos. Desse valor, mais de 85% eram classificados como operacional. As empresas vêm usufruindo dos benefícios decorrentes dos arrendamentos operacionais por décadas (DURKE; HSIEH; SU, 2009).

Edeigba e Amenkhienan (2017) afirmam que os requisitos presentes na norma para a classificação do arrendamento como financeiro podem ser interpretados de maneira errada ou tendenciosa pelos preparadores das demonstrações de forma que seja classificado como operacional. Assim, o IAS 17 não era propício a transparência das informações contábeis, além de sua aplicabilidade ser vulnerável à fraude.

A preferência pelas empresas pode ser justificada pelo fato de o arrendamento operacional oferecê-las uma melhor capacidade e taxa de endividamento (MATOS; NIYAMA, 2018), manipulando a forma de maximizar os lucros e reduzir as dívidas apresentadas no balanço (NURYANIA; HENGB; JULIETA, 2015).

Desse modo, índices de endividamento não são penalizados e os de lucratividades são melhorados (GINER; PARDO, 2018). Fato este importante, pois a partir desses índices, é possível que analistas e investidores avaliem diferentes aspectos do desempenho financeiro e vitalidade de uma empresa, além de garantir a comparabilidade entre empresas de diferente porte e em diferentes períodos, influenciando a obtenção de crédito no mercado (GOUVEIA, 2019).

Para Cornaggia, Franzen e Simin (2013), é de grande interesse por parte das empresas a redução de impostos e custos com as operações de financiamento. No entanto, essas práticas levam a distorção das informações contábeis, podendo dessa forma, inferir que entidades com demonstrações contábeis de pouca qualidade são propensas a utilizarem o arrendamento operacional como meio de financiamento.

Em consonância com os autores, essa baixa qualidade dos relatórios em decorrência da IAS 17 prejudica a tomada de decisão não só de investidores, mas também outros usuários, como clientes, credores, fornecedores, funcionários, entre outros. Nessa circunstância, há de se considerar que seus investimentos estão expostos a um alto risco (WONG; JOSHI, 2015).

Matos e Niyama (2018, p. 326) declaram que “Na medida em que as contrapartes não avaliam corretamente o risco financeiro, a empresa se beneficia de suas informações assimétricas na contratação”, levando a ocultar riscos de falência e taxas de crescimento, por exemplo.

Diante de toda essa conjuntura, o IASB percebeu que propor uma nova norma acerca do tema teria um grande impacto na contabilidade, afetando muitas empresas; e isso requer uma certa cautela. Por isso, o IASB empenhou um tempo considerável para entender e considerar as opiniões das partes interessadas nesse processo. Desde 2009 até 2016 foram 3 procedimentos de consultas públicas para avaliação de suas propostas, centenas de reuniões, mesas redondas, dentre outras atividades de divulgação (IASB, 2016a).

Todas essas atividades de divulgação englobaram discussões com arrendadores, arrendatários, usuários das informações, reguladores, normatizadores e empresas de contabilidade de todo o mundo. Ademais, o IASB e FASB estabeleceram um grupo de trabalho contábil sobre *leasing* a fim de que uma experiência prática fosse adicionada.

Ao longo do projeto, o IASB publicou artigo para discussão com publicação em 2009, um *Exposure Draft* com publicação em 2010 e um *Revised Exposure Draft* com publicação em 2013. Houve um grande retorno ao órgão por meio de cartas-comentários e atividades de divulgação (IASB, 2016a).

Pelo retorno recebido, foi possível perceber que a maioria apoiou a alteração principal, o reconhecimento de ativos e passivos decorrentes da operação de arrendamento, dentre outros. Alguns pontos foram alvo tanto de aceitação como de rejeição. Interessante ressaltar, que houve uma preocupação de muitas partes com os custos e a complexidade que a norma traria (IASB, 2016a).

Durante esse período de transição era esperado que o IASB sofresse grande pressão por parte das empresas em decorrência da não garantia de benefícios da implementação.

Todavia, aguardava-se uma aceitação e apoio majoritário dos principais usuários, já que não seria mais necessário por parte deles fazer ajustes nas contas (capitalizar os efeitos) e assim evitando erros de estimativas que prejudicassem suas tomadas de decisão (MAGLIO; RAPONE; REY, 2018).

Neste contexto, conforme exposto pelo documento IFRS 16: *Basis for conclusions*, prevaleceu a necessidade da criação de uma nova norma pelo IASB de acordo com o padrão IFRS, de forma com que o novo modelo atendesse às necessidades dos usuários. Dentre essas necessidades, como exposto anteriormente, estão:

- a) A necessidade de transparência nas demonstrações sobre os arrendamentos. A falta dessas informações levava muitos desses usuários a utilizarem diversas técnicas para capitalizar os valores *off-balance sheet*. Outros deles não conseguiam sequer fazer ajustes, tendo que confiar em outras fontes de dados. Todos esses tratamentos distintos causavam uma assimetria de informação no mercado;
- b) Os dois modelos distintos de contabilização dificultavam a comparabilidade dos relatórios e diminuía as oportunidades para tomada de decisão dos usuários;
- c) Dificuldade de obter informações sobre a exposição do risco de crédito e risco do ativo que o arrendador estaria exposto, principalmente para aqueles ativos que foram classificados como arrendamento operacional.

Diante disso, os órgãos normatizadores avaliaram que os benefícios para implementação da nova norma seriam superiores aos custos e decidiram então por divulgá-la.

2.2.2 O Novo Padrão: a IFRS 16

Assim, foi então emitida a IFRS 16 – *Leases*, em 13 de janeiro de 2016, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019. Além deste documento, ficaram em vigor até janeiro de 2019 as normas interpretativas IFRIC 4- *Determining Whether an Arrangement Contains a Lease*, SIC-15-*Operating Leases- Incentives* e SIC-27- *Evaluating the Substance of Transactions in the Legal Form of a Lease*. No Brasil, a deliberação CVM 787 de 21 de dezembro de 2017 revogou a deliberação 645 de 2 de janeiro de 2010, tornando a adesão do CPC 06 (R2) obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019.

Com a vigência da IFRS 16, a classificação em arrendamento operacional e financeiro pela arrendatária é eliminada e passa-se a gozar da mesma forma de contabilização semelhante aos arrendamentos financeiros na IAS 17. Nesse caso, os arrendamentos são

reconhecidos no balanço em uma conta de ativo chamada “direito de uso” em contrapartida uma conta no passivo chamada de “passivo de arrendamento”. Há algumas exceções na fase de reconhecimento referentes a valor e tempo de duração do contrato. Aqueles com duração abaixo de 12 meses e bens com baixo valor de mercado são passíveis de isenção, mas voluntária (IASB, 2016b).

O Quadro 2 evidencia esse comparativo do balanço patrimonial entre a norma antiga e a atual.

Quadro 2: Comparação do balanço patrimonial entre IAS 17 e IFRS 16

	IAS 17		IFRS 16
	Arrendamento Financeiro	Arrendamento Operacional	Todos os arrendamentos
Ativos			
Passivos	\$\$		\$\$\$\$\$\$
Direitos/Obrigações fora do Balanço Patrimonial	---		---

Fonte: Adaptado de IASB (2016a, p. 4), versão traduzida pela autora (2023).

Quanto as implicações no balanço, espera-se um aumento do ativo e passivo, em consonância com Fitó, Moya e Orgaz (2013); Barone, Birt e Moya (2014); Bunea-Bontaş (2017); Cezario (2017); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018b); Maglio, Rapone e Rey (2018); e Stancheva-Todorova e Velinova-Sokolova (2019).

Alguns estudos fizeram conjecturas sobre esse efeito após o reconhecimento inicial decorrente do novo padrão como Duke, Hsieh e Su (2009); Fitó, Moya e Orgaz (2013); Wong e Joshi (2015); Öztürk e Serçemeli (2016); Sari, Altintas e Tas (2016); Giner e Pardo (2017); Joubert, Garvie e Parle (2017); Săcărin (2017); Maglio, Rapone e Rey (2018); e Giner e Pardo (2018). Todos eles colaboraram para um melhor entendimento da norma, possíveis efeitos e consequências que o IFRS 16 traria para empresas e usuários.

Um efeito significativo é esperado nesses dois grupos de contas devido a capitalização das operações de *leasing* no período de reconhecimento inicial. Após essa etapa, seus efeitos são insignificantes (SARI; ALTINTAS; TAS, 2016).

Em relação ao capital próprio não há um consenso na literatura sobre o seu comportamento e diversas conjecturas são encontradas. Alguns estudos como Wong e Joshi (2015); Öztürk e Serçemeli (2016); Giner e Pardo (2017); Maglio, Rapone e Rey (2018) sinalizaram sua diminuição. Joubert, Garvie e Parle (2017) declararam que não há variação no

capital próprio, pois ativo e passivo aumentam na mesma proporção. Já o estudo de Fitó, Moya e Orgaz (2013) constataram que esse impacto pode ser tanto negativo quanto inexistente, a depender do método construtivo utilizado para capitalizar os valores referentes as locações fora do balanço patrimonial.

De acordo com a PWC (2019), a aplicabilidade do IFRS 16 proporcionou às empresas que avaliassem suas atividades de *leasing* com mais detalhes e que pudessem reavaliar conclusões feitas no passado a luz da nova norma. Um estudo feito pela entidade identificou que 52% dos entrevistados reconheceram obrigações complementares no decorrer da implantação do novo padrão contábil. Isso significa maior clareza na contabilidade de muitas empresas que não possuíam uma visão geral sobre as operações de arrendamento do grupo da qual fazem parte.

O processo de transição e aderência é complexo para as companhias, pois precisam se adaptar aos efeitos e os esclarecer aos investidores; e esses precisam assimilar todas as mudanças ocorridas nos relatórios e seus impactos. No entanto, espera-se que os usuários com o passar do tempo se familiarizem cada vez mais com os novos modelos de contabilização e que os benefícios gerados nas demonstrações contábeis aumentem, além de benefícios comerciais adicionais (PWC, 2019).

Além do impacto no balanço patrimonial, os efeitos também recaem sobre as demonstrações dos resultados. As despesas geradas pelo arrendamento operacional, de acordo com o IAS 17, são substituídas pelas despesas de depreciação decorrentes do direito de uso e de juros advindas do passivo de arrendamento (IASB, 2016b). O Quadro 3 demonstra essa comparativo entre as normas.

Quadro 3: Comparação da DRE entre IAS 17 e IFRS 16

	IAS 17		IFRS 16
	Arrendamento Financeiro	Arrendamento Operacional	Ambos os arrendamentos
Receita	X	X	X
Custos e Despesas Operacionais (excluindo depreciação e amortização)	---	Despesa única	---
EBITDA			↑↑
Depreciação e Amortização	Depreciação	---	Depreciação
Lucro Operacional			↑
Despesa Financeira	Despesa	---	Despesa com juros
Lucro antes de impostos			↔

Fonte: Adaptado de IASB (2016a, p. 5), versão traduzida pela autora (2023).

Como consequência das modificações na estrutura patrimonial e de resultado das empresas, alguns índices contábeis/financeiros, como o EBITDA, incorrerão em modificações. No entanto, essas modificações variam de forma diretamente proporcional com

o montante do arrendamento operacional não registrado, ou seja, quanto maior as operações de *leasing* operacional na entidade, maior impacto neste indicador (CAMPANHA; SANTOS, 2020). Esse efeito contribui com a propagação de uma imagem melhorada da empresa (GINER; PARDO, 2018).

Deste modo, espera-se um aumento no EBITDA já que as despesas incorridas com o arrendamento operacional pela aplicação do IFRS 16 são alocadas em depreciação/amortização e em despesas com juros como ressaltam Fitó, Moya e Orgaz (2013); Bunea-Bontaş (2017); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018b); Maglio, Rapone e Rey (2018); Čevizović e Mijoč (2019); Stancheva-Todorova e Velinova-Sokolova (2019). Pesquisas como Singh (2012); Săcărin (2017); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Giner e Pardo (2018); Campanha e Santos (2020) e Marques (2021) atestam esse aumento.

Pelo mesmo motivo citado anteriormente, espera-se também um aumento no lucro antes de impostos, o EBIT (BUNEA-BONTAŞ, 2017; SĂCĂRIN, 2017, ČEVIZOVIĆ; MIJOČ, 2019; STANCHEVA-TODOROVA; VELINOVA-SOKOLOVA, 2019).

Campanha e Santos (2020) relatam que o resultado (lucro líquido) não sofrerá efeitos no processo de convergência da IFRS 16, embora haja uma propensão de que o lucro operacional aumente, pois, parte do pagamento passa a ser contabilizada como despesa financeira.

Campanha e Santos (2020, p. 6) afirmam ainda que “apesar do lucro líquido não apresentar variação entre a forma de registro decorrente do IAS 17 e do IFRS 16, ao se comparar o total do contrato registrado, porém, a cada período, ou parcela do contrato registrado, o lucro líquido pode se apresentar maior ou menor do que o registro feito de acordo com o IAS 17”.

Esse impacto é constatado na pesquisa de Săcărin (2017) quando a autora evidencia a redução do resultado nos primeiros anos, todavia não há nenhuma modificação dos resultados acumulados comparado com os valores advindos da IAS 17 passado o prazo do arrendamento.

Cabe ressaltar que algumas variáveis como o prazo do arrendamento, taxa de juros implícita ou marginal e valor do capital em aberto influenciam no impacto dos resultados do período, ainda que esse efeito fosse esperado (ČEVIZOVIĆ; MIJOČ, 2019).

Quanto à depreciação, geralmente mantem-se constante ao longo do tempo e as despesas de juros vão reduzindo ao longo do arredamento conforme os pagamentos vão sendo efetuados. Isso implica numa redução total da despesa à medida do vencimento do contrato de arrendamento (IASB, 2016b).

O total de despesa decorrentes das operações de *leasing* é o mesmo sobre o amparo tanto da IFRS 16 quanto da IAS 17 ao final da vigência do contrato. Durante a primeira metade do contrato a soma da despesa de juros e depreciação será maior que o valor do arrendamento, no entanto, conforme a redução da despesa financeira vai ocorrendo, a soma das despesas decorrentes do *leasing* passa a ser menor no lucro líquido (STANCHEVA-TODOROVA; VELINOVA-SOKOLOVA, 2019).

Além do balanço patrimonial e da demonstração de resultado, é importante acentuar os efeitos nas demonstrações de fluxo de caixa. Nessa demonstração, o valor líquido total não será modificado, embora os fluxos operacionais e de financiamento terão comportamentos contrários, um aumentando e outro diminuindo respectivamente (BUNEA-BONTAŞ, 2017; SĂCĂRIN, 2017; STANCHEVA-TODOROVA; VELINOVA-SOKOLOVA, 2019).

Assim, além da abordagem sobre os efeitos nas demonstrações financeiras, é relevante também analisar esse impacto pela ótica setorial. Diversos estudos abordaram a perspectiva setorial relacionada a aplicação da norma IFRS 16. O Quadro 4 compila essas pesquisas de acordo com o/os setores afetados apresentados nos resultados de cada uma delas.

Quadro 4: Setores afetados conforme estudos anteriores

Setor	Estudos
Comércio varejista	Fitó, Moya e Orgaz (2013); Arroziom Gonzales e Silva (2016); Hoogervorst (2016), Öztürk e Serçemeli (2016); Sari, Altintas e Tas (2016); Săcărin (2017); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Giner e Pardo (2018); Stancheva-Todorova e Velinova-Sokolova (2019); Güdelci (2021); Matos (2021); Dias et al. (2023)
Transportes aéreos	Fitó, Moya e Orgaz (2013); Hoogervorst (2016); Öztürk e Serçemeli (2016); Săcărin (2017); You (2017); Araújo e Zittei (2018); Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Najar et al. (2018); Stancheva-Todorova e Velinova-Sokolova (2019); Veverková (2019); Ribeiro et al. (2020); Matos (2021); Silva e Botelho (2022); Dias et al. (2023)
Energia	Fitó, Moya e Orgaz (2013)
Hoteleiro	Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a)
Serviços	Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Maglio, Rapone e Rey (2018)
Software	Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a)
Tecnologia	Fitó, Moya e Orgaz (2013); Maglio, Rapone e Rey (2018)
Telecomunicações	Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Dias et al. (2023)
Transportes	Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018a); Seidler e Fagundes (2020)
Viagens e lazer	Öztürk e Serçemeli (2016)

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Conforme observado, há diferentes estudos aplicados a economias e países distintos, sendo os setores varejista e de transportes aéreos os mais citados. No Brasil, segundo a ABEL (2022), o setor de serviços é o que detém a maior parte de arrendamentos com 49,95%, seguido do comércio com 17,45%. Alves (2020) afirma que empresas que possuem grande quantidade de contratos de arrendamento são apontadas como extremamente impactadas pelo novo padrão e de forma geral pertencem aos setores varejista e aéreo.

2.3 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

Com base na literatura, existem evidências que a adoção do IFRS 16 causa um impacto expressivo nas demonstrações financeiras e nos indicadores econômico-financeiros das empresas que possuíam um número grande de arrendamentos operacionais.

Matos e Niyama (2018) desenvolveram um ensaio teórico sobre as oportunidades de pesquisa relacionadas a IFRS 16 no Brasil após a adoção da norma, a partir dos pontos mais discutidos sobre o assunto na literatura internacional. Para isso, foi apontado as críticas centrais relativas a IAS 17 e analisado documentos e concepções divulgadas pelo IASB e outros órgãos.

Concluiu-se pela discussão dos tópicos que os principais desafios são pela perspectiva da arrendatária e que o modelo único de contabilização traz diversas oportunidades de pesquisa envolvendo qualidade da informação contábil, por exemplo, devido a subjetividade do padrão IFRS 16.

De acordo com o IASB (2016b), o fato de as operações de *leasing* operacional não constar no balanço patrimonial das empresas arrendatárias implicava na qualidade da informação contábil de forma negativa. Esses relatórios tinham a transparência, a comparabilidade e a informação fidedigna das informações comprometidas, dificultando a tomada de decisão dos usuários.

Apesar disso, Cheng e Hsieh (2000) evidenciam que antes da adoção do IFRS 16 o mercado já refletia o impacto da capitalização das operações de arrendamento mercantil, partindo da premissa que o mercado é eficiente. Com a IAS 17, os usuários já levavam em consideração direitos e obrigações das arrendatárias em suas estimativas, a fim de chegar em informações que condissessem melhor com a realidade, sendo as informações geradas pelo IFRS 16 desprovidas de relevância para o mercado (ALTAMURO et al., 2014; MARTINS; MACHADO; MACHADO, 2013; MATOS, 2021).

Por outro lado, estudos como Davis-Friday, Liu e Mittelstaedt (2004) e Ahmed, Kilic e Lobo (2006) argumentaram de forma favorável às informações divulgadas pelo novo padrão, evidenciando uma maior relevância. Pesquisas como as citadas anteriormente, que concentraram sua análise antes da vigência da norma, podem, de certa forma, ter seus resultados impactados, já que os dados coletados foram provenientes de notas explicativas, sendo esse método sujeito a erros de estimativas.

Quanto as que foram desenvolvidas após a implementação do IFRS 16, utilizam-se de dados que já se encontram no balanço patrimonial, sendo suscetível a novos resultados. No

entanto, diversas delas, como Alves (2020) e Pettersson e Bruswitz (2020) também constataram que a nova norma é capaz de impactar o preço das ações de forma positiva. Com base nessa discussão, deriva-se a seguinte hipótese:

H₁: O IFRS 16 aumenta a relevância da informação contábil nas empresas do mercado brasileiro de capitais.

Além da relevância, a literatura também aponta que a adoção dos padrões IFRS produz efeitos na tempestividade da informação contábil, ainda que pesquisas que correlacionem o IFRS 16 a essa métrica não tenham sido encontradas. De acordo com García et al. (2016), a maior parte dos estudos que retrata os impactos do emprego das normas internacionais de contabilidade em países da América Latina implica em um aumento da relevância da informação contábil em termos de receita e da tempestividade dos resultados.

No Brasil, Lopes (2001) constatou que entre os anos de 1996 e 1999 havia evidências de baixa tempestividade dos resultados. Apesar disso, Lima (2010) constatou que nos anos de 2008 e 2009, em que o padrão contábil brasileiro (BR_GAAP/IFRS) era híbrido, houve um aumento na tempestividade de 107 empresas do mercado brasileiro de capitais. Costa (2012) e Silva (2013) também atestaram que a adoção completa dos IFRS levou a um aumento da tempestividade. Fundamentando-se nesse arcabouço teórico, origina-se a seguinte hipótese:

H₂: O IFRS 16 aumenta a tempestividade da informação contábil nas empresas do mercado brasileiro de capitais.

De acordo com o IASB (2016b), a falta de informações sobre as operações de arrendamento mercantil nas demonstrações contábeis é influenciada pelo país e o setor nos quais as empresas pertencem, dificultando assim a comparabilidade dos relatórios. Alguns setores possuem um volume intenso de atividades de *leasing* como o de aviação, varejo, viagens e lazer e transportes.

Um estudo da PWC (2016) mensurou o impacto da IFRS 16 em medidas de desempenho e índices financeiros baseado em informações divulgadas em demonstrações financeiras de 3.199 empresas ao redor do mundo no ano de 2014. Segundo a *Big Four*, os setores que sofrerão maiores impactos em relação aos indicadores financeiros são: varejo, companhias aéreas, serviços profissionais, serviços de saúde, têxtil e vestuário e atacado.

Por consequência, é esperado que a implementação do IFRS 16 tenha impacto naqueles setores em que as operações de arrendamento são maiores. O novo padrão tem por objetivo fornecer informações úteis e transparentes para os usuários da informação, e por isso, espera-se que essas informações sejam mais relevantes e tempestivas nas empresas pertencentes a estes setores.

Dias et al. (2023) afirma que a maior parte das pesquisas relacionada ao novo padrão contábil está focada na avaliação de impactos em um único setor específico. Já outras, como Petterson e Brusewitz (2020) e Matos (2021), utilizaram de uma análise quantitativa para examinar a relevância por meio da adoção do IFRS 16 em uma perspectiva setorial.

Embora esses estudos não fizeram a comparação direta entre cada setor, dividiu-se a amostra em dois grupos, setores menos impactados e mais impactados, a fim de comparar os resultados com aqueles derivados da amostra sem divisão. Assim, foi possível identificar se a questão setorial foi capaz de influenciar/modificar os achados.

Petterson e Brusewitz (2020) utilizou o modelo de Ohlson (1995) e examinou 262 empresas listadas no mercado de ações suíço, *NASDAQ Stockholm*, no período de 2018 e 2019. A análise com o controle desse efeito pela inserção de uma variável *dummy* constatou o aumento da relevância. Em contrapartida, Matos (2021) investigou 2540 companhias europeias pelo modelo de Ohlson (1995) no período de 2016 a 2019 e seus resultados atestaram a diminuição da relevância.

Visto que a questão setorial é um fator que impacta na adoção do IFRS 16 e consequentemente na relevância e tempestividade, mantendo esse efeito controlado, é possível ratificar os achados das hipóteses anteriores. Apoiando-se nessa discussão, chega-se as seguintes hipóteses:

H₃: O IFRS 16 aumenta a relevância da informação contábil a depender do setor no qual a empresa pertence.

H₄: O IFRS 16 aumenta a tempestividade da informação contábil a depender do setor no qual a empresa pertence.

3 METODOLOGIA

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo da pesquisa é composta pelas sociedades por ação de capital aberto que possuem suas ações negociadas na B3 no lapso temporal de 2017 a 2021. Considerou-se o período pré IFRS 16 os exercícios de 2017 e 2018, enquanto o período pós IFRS 16 os exercícios de 2019 a 2021. Os dados foram coletados em agosto de 2022 diretamente da base de dados da Economatica®, referente às demonstrações consolidadas das empresas.

Com relação a seleção e definição da amostra a partir dessa população, considerou-se alguns requisitos:

- a) Não inclusão de empresas que sejam classificadas como instituições financeiras, já que possuem regulação própria. A Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974, art. 7º, designa que todas as operações de arrendamento mercantil estão sob controle e fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN), por meio de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Dessa forma, a essas instituições não são aplicáveis o CPC 06 (R2). Desconsiderando-as, obtêm-se uma amostra mais homogênea, apresentando menos distorções nos resultados;
- b) Apresentar no banco de dados da Economatica® dados necessários que foram utilizados nos modelos e que permitam a formação de um painel balanceado;
- c) Empresas com liquidez (indicador da Economatica®) superior à 0,01;
- d) Empresas com PL positivo;
- e) Empresas que sejam arrendatárias. Para tal, realizou-se uma análise das notas explicativas.

A seleção do total de empresas que constituem a amostra foi por conveniência e não probabilística, pois a escolha dos elementos para sua composição dependeu do julgamento da pesquisadora. O Quadro 5 demonstra como foi composta a amostra final da pesquisa.

Quadro 5: Amostra da pesquisa

Total de empresas listadas na B3	579
(-) Empresas financeiras	(105)
(-) Índice de liquidez menor que 0,01	(138)
(-) PL negativo	(236)
(-) Empresas com mais de um papel	(9)
(=) Total	91
Empresas arrendatárias	91
(=) Total de empresas da amostra para todos os modelos	91
N ° de exercícios	5 (2017-2021)
N ° de observações para os modelos de <i>Value Relevance/Timeliness</i>	455
N ° de observações para os modelos de <i>Value Relevance/Timeliness</i> - Antes	182
N ° de observações para os modelos de <i>Value Relevance/Timeliness</i> - Depois	273

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

3.2 OPERACIONALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS E VARIÁVEIS

Nesta pesquisa, utilizou-se de duas métricas da qualidade da informação contábil: relevância e tempestividade. No intuito de atingir os objetivos propostos, foram empregados modelos econométricos de acordo com suas formulações originais e adequados conforme os propósitos desta pesquisa. A formulação original de cada modelo foi apresentada no referencial teórico.

As análises de resultados tiveram como base modelos distintos de regressão. Para Gujarati e Porter (2011), por meio dessa ferramenta econométrica é possível estimar o valor da variável dependente por meio de informações derivadas de outras variáveis, denominadas independentes, explicativas ou preditoras.

Corrar, Paulo e Dias Filho (2007) afirmam que análises de regressão são amplamente utilizadas em pesquisas em áreas como finanças, contabilidade e correlatas pelo seu poder explicativo, assim como o presente estudo, que busca analisar o efeito da adoção do IFRS 16 pela perspectiva da relevância e tempestividade da informação contábil.

A escolha de dados em painel para as regressões lineares múltiplas desses modelos foi feita a fim de executar o acompanhamento cronológico das empresas que compõem a amostra. De acordo com Gujarati e Porter (2011), os dados em painel possibilitam analisar o comportamento de cada empresa ao longo do tempo, ou seja, uma dimensão espacial e temporal, além de assegurar uma maior quantidade e variabilidade de dados informativos, menor colinearidade entre as variáveis, maior eficiência nas estimações e maior controle sobre a heterogeneidade.

Assim, primeiramente, foram gerados três modelos de regressão para a análise da relevância, de acordo com as suas respectivas hipóteses. Os modelos são apresentados no Quadro 6.

Quadro 6: Modelos de relevância utilizados na pesquisa

Modelo	Função	Equação
1	-Verifica se houve aumento da relevância, comparando o período pré e pós adoção da norma; -Atende à H ₁ ;	$P_{it} = \beta_0 + \beta_1 PL_{it} + \beta_2 LL_{it} + \varepsilon_{it}$
2	-Verifica quais variáveis exercem efeito significativo na relevância da informação contábil; - Atende à H ₁ ;	$P_{it} = \beta_0 + \beta_1 PL_{it} + \beta_2 LL_{it} + \beta_3 PL_{it} * IFRS16 + \beta_4 LL_{it} * IFRS16 + \beta_5 COVID_{it} + \varepsilon_{it}$
3	-Verifica se houve aumento da relevância, comparando o período pré e pós adoção da norma, a partir de uma variável <i>dummy</i> setorial; -Atende à H ₃ ;	$P_{it} = \beta_0 + \beta_1 PL_{it} + \beta_2 LL_{it} + \beta_3 PL_{it} * SET + \beta_4 LL_{it} * SET + \varepsilon_{it}$

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Onde:

P_{it} é o preço da ação da empresa i até 5 dias úteis após a publicação das demonstrações contábeis no tempo t , deflacionada pelo preço da ação i no final do período $t-1$;

PL_{it} é o patrimônio líquido por ação da empresa i no período t , deflacionada pelo preço da ação i no final do período $t-1$;

LL_{it} é o lucro líquido da empresa i no período t , deflacionada pelo preço da ação i no final do período $t-1$;

$IFRS16$ é a variável *dummy*, onde 1= período pós IFRS 16 e 0 = demais casos;

SET é a variável *dummy*, onde 1= empresas dos setores mais impactados e 0 = demais casos;

$COVID$ é a variável *dummy*, onde 1= períodos com Covid-19 e 0 = demais períodos;

β_0 é o coeficiente linear da regressão;

$\beta_{1,2,3,n}$ são os coeficientes angulares da regressão;

ε_{it} são os resíduos da regressão.

O modelo 1, de Brown, Lo e Lys (1999), adotado na pesquisa é uma modificação do modelo de Ohlson (1995) e tem por finalidade verificar se há algum efeito das informações de patrimônio líquido e lucro líquido sobre o preço das ações após as demonstrações financeiras serem divulgadas, nos períodos pré e pós IFRS 16.

O modelo 2 é uma extensão do modelo 1, onde uma variável *dummy* referente a adoção do IFRS 16 foi adicionada, permitindo uma análise incremental da relevância por meio da interação dessa *dummy* com as variáveis do próprio modelo. Assim, é possível identificar quais variáveis exercem efeito significativo na relevância da informação contábil (PETTERSSON E BRUSEWITZ, 2020).

Nele, adicionou-se também uma variável *dummy*, a fim de controlar os efeitos da pandemia do Covid-19. Em 2021, o IASB estendeu para 1 ano o prazo de aplicação da norma

Covid-19-Related Rent Concessions beyond 30 June 2021 (Amendmentto IFRS 16), sendo válida então, até 30 de junho de 2022. Essa alteração, segundo o órgão, teve por objetivo conceder aos arrendatários condições mais favoráveis relacionadas aos contratos, além de conceder informações mais fidedignas por meio desse expediente prático.

Estudos como Rababah et al. (2020) e Shen et al. (2020) constataram efeitos negativos da pandemia na performance financeira das empresas; outros, como Haroone Rizvi (2020), no mercado financeiro. De acordo com a PWC (2020), a pandemia do coronavírus afeta não só as demonstrações financeiras quanto a mensuração de ativos e passivos, como também a capacidade de manter suas operações contínuas. Portanto, todos esses efeitos, diretos ou indiretos, devem ser levados em consideração, independente da entidade e do território, ainda que pouco afetado.

Vale destacar que mesmo esse efeito sendo controlado devido sua importância, a pandemia do Coronavírus não é o foco desse estudo. O período considerado sem Covid-19 foram os anos de 2017 a 2019 e ao contrário os anos de 2020 e 2021. Segundo Ramelli e Wagner (2020), foi a partir de janeiro de 2020 que gestores e analistas começaram a se preocupar com os efeitos que a pandemia causaria no mundo financeiro.

O modelo 3 foi baseado nas mesmas fundamentações do modelo 1, também tendo como diferencial a adição de uma variável *dummy* para uma análise da relevância a nível setorial. O propósito foi analisar como essa *dummy* poderia estar afetando os coeficientes originais das variáveis independentes, nos períodos pré e pós IFRS 16.

Para este modelo, a amostra é dividida em dois grupos: setores menos impactados pela IFRS 16 e mais impactados pelo IFRS 16. Os setores mais afetados foram codificados como 1 e a ele pertencem as empresas de comércio, comércio e distribuição, serviços médico-hospitalares, análises e diagnósticos, tecidos vestuário e calçados, transporte e viagens e lazer, totalizando 22 empresas. Já para o grupo dos menos afetados, incluem-se os demais setores, com 69 empresas.

O julgamento feito para essa separação dos grupos foi baseado em estudos anteriores apresentados no Quadro 4, que evidenciaram esses setores como atividades econômicas mais afetadas pela capitalização do *leasing*. A classificação dos setores foi feita com base nos subsetores da B3.

Cabe destacar a escolha da data do preço das ações. Para tal, considerou-se o preço da ação de maior liquidez da empresa no dia seguinte a data de publicação dos relatórios contábeis. No caso de não haver preço no dia seguinte, buscou-se em até 5 dias úteis após a publicação. Para selecionar a ação de maior liquidez, considerou-se os três fatores

simultaneamente, pois eles apontaram sempre para a mesma escolha (quantidade de negócios, quantidade de títulos negociados e volume monetário negociado). O Quadro 7 descreve as variáveis escolhidas para os modelos de relevância.

Quadro 7: Variáveis dos modelos de relevância

Variável	Sinal esperado	Referências
P_{it}		Collins, Maydew e Weiss (1997); Mirza, Malek e Abdul-Hamid (2019); Pettersson e Brusewitz (2020)
PL_{it}	+	Collins, Maydew e Weiss (1997); Mirza, Malek e Abdul-Hamid (2019); Pettersson e Brusewitz (2020)
LL_{it}	+	Collins, Maydew e Weiss (1997); Mirza, Malek e Abdul-Hamid (2019)
$IFRS16$	+	Odoemelam, Okafor e Ofoegbu (2019); Pettersson e Brusewitz (2020)
$PL_{it} * IFRS16$	+	Odoemelam, Okafor e Ofoegbu (2019)
$LL_{it} * IFRS16$	+	Odoemelam, Okafor e Ofoegbu (2019); Pettersson e Brusewitz (2020)
SET	+	Pettersson e Brusewitz (2020)
$PL_{it} * SET$	+	Matos (2021)
$LL_{it} * SET$	+	Pettersson e Brusewitz (2020)
$COVID$	-	Coelho e Rodrigues (2021)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Posteriormente, foram gerados três modelos de regressão para a análise da tempestividade, de acordo com as suas respectivas hipóteses. Os modelos são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8: Modelos de tempestividade utilizados na pesquisa

Modelo	Função	Equação
4	-Verifica se houve aumento da tempestividade, comparando o período pré e pós adoção da norma; -Atende à H_2 ;	$Ret_{it} = \beta_0 + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 \Delta LPA_{it} + \varepsilon_{it}$
5	-Verifica quais variáveis exercem efeito significativo na relevância da informação contábil; - Atende à H_2	$Ret_{it} = \beta_0 + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 \Delta LPA_{it} + \beta_3 LPA_{it} * IFRS16 + \beta_4 \Delta LPA_{it} * IFRS16 + \beta_5 COVID_{it} + \varepsilon_{it}$
6	-Verifica se houve aumento da tempestividade, comparando o período pré e pós adoção da norma, a partir de uma variável <i>dummy</i> setorial; - Atende à H_4 ;	$Ret_{it} = \beta_0 + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 \Delta LPA_{it} + \beta_3 LPA_{it} * SET + \beta_4 \Delta LPA_{it} * SET + \varepsilon_{it}$

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Onde:

Ret_{it} é o retorno anual da ação da empresa i no tempo t ;

LPA_{it} é o resultado contábil da empresa i no período t , deflacionada pelo preço da ação i no final do período $t-1$;

ΔLPA é a variação do resultado contábil da empresa i no tempo t , deflacionada pelo preço da ação i no final do período $t-1$;

SET é a variável *dummy*, onde 1 = empresas dos setores mais impactados e 0 = demais casos;

$COVID$ é a variável *dummy*, onde 1 = períodos com Covid-19 e 0 = demais períodos;

β_0 é o coeficiente linear da regressão; $\beta_{1,2,3,n}$ são os coeficientes angulares da regressão;

ε_{it} são os resíduos da regressão.

O modelo 4 adotado é similar ao adotado nas pesquisas de Easton e Harris (1991), Francis e Schipper (1999) e Lopes e Walker (2008), e tem por objetivo avaliar o impacto do lucro líquido por ação e a variação do lucro líquido por ação sobre o retorno das ações, pré e pós IFRS 16.

O modelo 5 é uma extensão do modelo 4, onde uma variável *dummy* referente a adoção do IFRS 16 foi adicionada, permitindo uma análise incremental da tempestividade por meio da interação dessa *dummy* com as variáveis do próprio modelo. Quanto a variável *dummy* para controlar o efeito da pandemia do coronavírus, utilizou-se a mesma justificativa apresentada nos modelos de relevância.

O modelo 6 foi baseado nas mesmas fundamentações do modelo 4, também tendo como diferencial a adição de uma variável *dummy* para uma análise a nível setorial, pré e pós IFRS 16. O propósito foi analisar como essa *dummy* poderia estar afetando os coeficientes originais das variáveis independentes.

Para tal, utilizou-se o mesmo critério de divisão e classificação setorial da amostra como apresentado anteriormente para o modelo de relevância. Cabe destacar a escolha da data do preço das ações. Para tal, utilizou-se o preço de fechamento daquelas de maior liquidez em 30 de dezembro dos respectivos anos do lapso temporal. O quadro 9 descreve as variáveis dos modelos de tempestividade.

Quadro 9: Variáveis dos modelos de tempestividade

Variável	Sinal esperado	Referências
R_{it}		Easton e Harris (1991); Almeida (2010); Silva (2013)
LPA_{it}	+	Easton e Harris (1991); Almeida (2010); Silva (2013)
ΔLPA_{it}	+	Easton e Harris (1991); Almeida (2010); Silva (2013)
SET'	+	Pettersson e Brusewitz (2020)
$LPA_{it} * SET'$	+	Criado pela autora
$\Delta LPA_{it} * SET'$	+	Criado pela autora
$COVID$	-	Šušak (2020)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para as análises da relevância e da tempestividade foi verificado a capacidade das variáveis independentes explicarem o comportamento do preço das ações. Dessa forma, em cada caso foi avaliado se o F da regressão é significativo, e em sequência, se os coeficientes das variáveis independentes foram significativos. Quando essa condição for atendida, pode-se afirmar que há uma informação relevante e tempestiva.

Os modelos 1 (relevância) e 4 (tempestividade) foram aplicados para o período anterior e para o período posterior a adoção do IFRS 16. Mantendo-se coerente com Collins, Maydew e Weiss (1997) e Francis e Schipper (1999), o R^2 ajustado deve ser observado a fim de comparar os períodos pré e pós implementação.

Esse coeficiente mede o efeito relativo da relevância e da tempestividade. Caso ele aumente no período pós norma, pode-se afirmar que as informações são mais relevantes e mais tempestivas, levando a aceitação das hipóteses 1 e 2, respectivamente. Essas hipóteses, também foram testadas pelos modelos 2 (relevância) e 5 (tempestividade), respectivamente, que corroboram com uma análise complementar.

O mesmo raciocínio se mantém para os modelos 3 (relevância) e 6 (tempestividade). Caso o R^2 aumente no período posterior a adoção, pode-se afirmar que as informações são mais relevantes e mais tempestivas a depender do setor que as empresas pertencem, levando a aceitação das hipóteses 3 e 4, respectivamente.

Todas as regressões assim como os seus pressupostos foram analisados a um nível de confiança de 95%, com auxílio do software EViews®. A primeira etapa em cada regressão foi a realização de um diagnóstico para definir quais abordagens de regressão com dados em painel seriam utilizadas na análise da pesquisa. Realizou-se os testes de Breusch-Pagan para decidir entre os modelos *pooling* e efeitos aleatórios, Chow para decidir entre *pooling* e efeitos fixos e Hausman para decidir entre efeitos fixos e efeitos aleatórios.

Quanto aos pressupostos, foram verificadas a normalidade (teste Jarque-Bera) e homoscedasticidade dos resíduos (teste de Breusch-Pagan-Godfrey), tendo como referência os ensinamentos de Corrar, Paulo e Dias Filho (2007). A normalidade, caso não atendida, não foi

interpretada como um problema, dado o tamanho da amostra e por esse pressuposto poder ser relaxado diante o Teorema do Limite Central. Já para os casos em que houve a presença de heterocedasticidade, utilizou-se a correção robusta de White. Os dois remédios estão de acordo com Gujarati e Porter (2011).

Para examinar a presença da multicolinearidade, analisou-se o Fator de Inflação da Variância (FIV). Para Gujarati e Porter (2011), um FIV de uma variável até 10 revela um grau aceitável de colinearidade. Já para a presença de autocorrelação dos resíduos, realizou-se o teste de Wooldrige, como propõe Drukker (2003). Caso identificada, a medida utilizada foi a análise de agrupamentos dos erros-padrão nas unidades identificadoras, auxiliando também na correção da heterocedasticidade (ROGERS, 1993; HOECHLE, 2007).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 RELEVÂNCIA

Os resultados das regressões do modelo 1 são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Resultados da análise do modelo 1 de relevância

ANTES				
P_{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,8656	0,0670	12,9252	0,0000***
PL_{it}	0,1389	0,0077	18,0316	0,0000***
LL_{it}	0,4382	0,1695	2,5853	0,0113**
Nº de obs.	182	Maior VIF		1,975
R²	0,9336	Durbin-Watson		3,9565
R² ajustado	0,8650	Jarque-Bera		0,3475
F	13,6004	Wooldridge		0,0040
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,0000	Hausman		0,0000
Breusch-Pagan	0,0000			
DEPOIS				
P_{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	1,0243	0,0677	15,1306	0,0000***
PL_{it}	0,0485	0,0587	0,08272	0,4092
LL_{it}	0,4048	0,1784	2,2690	0,0245**
Nº de obs.	273	Maior VIF		2,597
R²	0,5337	Durbin-Watson		2,2390
R² ajustado	0,2953	Jarque-Bera		0,0000
F	2,2392	Wooldridge		0,0000
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,0129	Hausman		0,0000
Breusch-Pagan	0,0000			

Nota: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. Os modelos não atenderam aos pressupostos de normalidade e heterocedasticidade dos resíduos; atenderam a regra de Gujarati e Porter (2011) para incidência de grave multicolineariedade; e evidenciaram resíduos correlacionados. Nos casos em que esses pressupostos não foram atendidos, aplicou-se medidas corretivas como mencionado na metodologia. Por meio do diagnóstico de painel, verificou-se que efeitos fixos é a abordagem mais apropriada para ambos os modelos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Avaliando o modelo 1 no período pré-adoção do IFRS 16, nota-se que ele é estatisticamente significativo a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 93,36%. Esse valor apresentou-se alto, ainda que o modelo proposto por Brown, Lo e Lys (1999) tenha sido utilizado a fim de evitar que um alto valor do R^2 pudesse ocasionar problemas de escala.

Dentre as variáveis independentes, todos os betas demonstram significância estatística, permitindo afirmar que há relevância da informação contábil, ou seja, patrimônio líquido e lucro líquido são capazes de explicar o valor da firma. As variáveis apresentam sinal positivo, demonstrando que quanto maior o patrimônio líquido e lucro líquido divulgados pelas companhias, maior será o preço de suas ações, em consonância com Ohlson (1995).

Já no período pós adoção, o modelo também é estatisticamente significativo a 1%, com grau de explicação (R^2) de 53,37%. Nesse caso, o beta do patrimônio líquido é o único que não apresenta significância estatística, e por isso, há relevância somente ao nível do lucro líquido.

Comparando os dois períodos, percebe-se que o valor do coeficiente do lucro líquido diminuiu. Esse resultado é oposto ao de Santos, Lemes e Barboza (2019), onde por meio de um compilado de diversos estudos presentes na literatura, as evidências apontam que a adoção do IFRS aumenta o *value relevance* do LL e diminui a do PL. Embora o coeficiente do patrimônio líquido tenha diminuído, a não significância de seu beta não permite inferir sobre sua relevância, indo de contraponto a Giner e Pardo (2018).

Comparando o grau do poder de explicação do modelo nos dois períodos por meio do R^2 ajustado, os resultados indicam que a relevância da informação contábil depois da adoção do IFRS 16 diminuiu de 86,50% para 29,53%, indo de encontro aos achados de Pettersson e Brusewitz (2020) e Lima (2010), e contrariando a hipótese 1 da pesquisa.

Ainda dentro do escopo da hipótese 1, a análise prosseguiu para o modelo 2. Os resultados da regressão referente a esse modelo, onde uma análise da amostra no período total é realizada por meio da inclusão da variável *dummy* IFRS16, são apresentados na tabela 2.

Tabela 2: Resultados da análise do modelo 2 de relevância

P_{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	1,2363	0,0752	16,47348	0,0001***
PL_{it}	0,0839	0,0049	17,2339	0,0008***
LL_{it}	-0,1294	0,2237	-0,5783	0,5940
$PL_{it} * IFRS16$	-0,1416	0,0113	-12,5900	0,0002***
$LL_{it} * IFRS16$	1,0931	0,2218	4,9293	0,0079***
$COVID_{it}$	-0,2947	0,0753	-3,9141	0,0173**
Nº de obs.	455	Maior VIF		3,124
R²	0,5808	Durbin-Watson		1,5979
R² ajustado	0,5762	Jarque-Bera		0,0000
F	124,4299	Wooldridge		0,0000
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,0000	Hausman		1,0000
Breusch-Pagan	0,0000			

Nota: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. Os modelos não atenderam aos pressupostos de normalidade e heterocedasticidade dos resíduos; atenderam a regra de Gujarati e Porter (2011) para incidência de grave multicolineariedade; e evidenciaram resíduos correlacionados. Nos casos em que esses pressupostos não foram atendidos, aplicou-se medidas corretivas como mencionado na metodologia. Por meio do diagnóstico de painel, verificou-se que afeitos aleatórios é a abordagem mais apropriada para o modelo.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Avaliando o modelo 2, nota-se que ele é estatisticamente significativo a 1% de significância, com um grau de explicação (R^2) de 58,08%. Dentre as variáveis independentes, todos os betas, exceto o do lucro líquido, demonstraram significância estatística. Esse

resultado aponta que essas variáveis exercem efeito significativo na relevância da informação contábil relacionada a adoção do IFRS 16, assim como Pettersson e Brusewitz (2020).

A variável $LL*IFRS16$ é significativa e seu coeficiente positivo, revelando uma relação positiva com o preço, tal como Silva (2013) e Odoemelum, Okafor e Ofoegbu (2019). Já a variável de interesse $PL*IFRS16$ é significativa e seu coeficiente negativo, demonstrando uma relação negativa com o preço, contrapondo Silva (2013) e Odoemelum, Okafor e Ofoegbu (2019).

A partir da magnitude dos coeficientes estimados das variáveis de interação, é possível afirmar que $LL*IFRS16$ possui uma maior influência na explicação das variações dos preços das ações que $PL*IFRS$ ($1,0931 > -0,1416$). Assim como para Santos, Lemes e Barbosa (2019), a explicação do preço no Brasil está mais concentrada no lucro que no patrimônio líquido após adoção do IFRS. No entanto, ainda que neste caso a correlação positiva seja maior, a existência de uma correlação negativa afeta o cenário como um todo e agrega aos achados do modelo 1, onde se constata a diminuição do *value relevance*.

A variável COVID é significativa e seu coeficiente negativo, ou seja, a pandemia do coronavírus está negativamente relacionada ao *value relevance* das empresas da amostra, contrariando Coelho e Rodrigues (2021). Esse resultado aponta que esse período incorreu em decréscimo da qualidade informacional, acarretando medidas que afetaram negativamente o preço das ações. Todos esses achados do modelo 2 confirmam os achados do modelo 1, levando assim, a rejeição da hipótese 1.

Encaminhando-se para o escopo da hipótese 3, a análise prosseguiu para o modelo 3. Os resultados da regressão referente a esse modelo, onde uma análise da amostra é realizada por meio da inclusão da variável *dummy* setor, são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Resultados da análise do modelo 3 de relevância

ANTES				
P_{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante				
PL_{it}	0,1421	0,01116	12,7317	0,0000***
LL_{it}	0,5170	0,2549	2,0281	0,0456**
$PL_{it} * SET$	0,1430	0,0502	2,8452	0,0055***
$LL_{it} * SET$	-0,9586	0,3870	-2,4772	0,0152**
Nº de obs.	182	Maior VIF		9,996
R²	0,9355	Durbin-Watson		3,9565
R² ajustado	0,8658	Jarque-Bera		0,1739
F	13,4209	Wooldridge		0,0311
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,0000	Hausman		0,0000
Breusch-Pagan	0,0000			
DEPOIS				
P_{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,9352	0,0620	15,0900	0,0000***
PL_{it}	0,0409	0,0532	0,7676	0,4447
LL_{it}	0,4020	0,1954	2,0570	0,0426**
$PL_{it} * SET$	0,5764	0,2146	2,6870	0,0086***
$LL_{it} * SET$	-0,3713	0,2678	-1,3860	0,1691
Nº de obs.	273	Maior VIF		3,6350
R²	0,5535	Durbin-Watson		2,2734
R² ajustado	0,3178	Jarque-Bera		0,0000
F	2,3483	Wooldridge		0,0000
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,0034	Hausman		0,0000
Breusch-Pagan	0,1777			

Nota: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. Os modelos não atenderam aos pressupostos de normalidade e heterocedasticidade dos resíduos; atenderam a regra de Gujarati e Porter (2011) para incidência de grave multicolineariedade; e evidenciaram resíduos correlacionados. Nos casos em que esses pressupostos não foram atendidos, aplicou-se medidas corretivas como mencionado na metodologia. Por meio do diagnóstico de painel, verificou-se que afeitos fixos é a abordagem mais apropriada para ambos os modelos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Examinando o modelo 3 no período pré-adoção, nota-se que ele é estatisticamente significativa a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 93,55%. Dentre as variáveis independentes, todos os betas demonstraram significância estatística. Esse resultado aponta que essas variáveis são capazes de explicar o preço das ações, ou seja, são relevantes.

No período pós adoção do IFRS 16, o modelo também é estatisticamente significativa a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 55,35%. Dentre as variáveis independentes, apenas os betas de LL e $PL * SET$ demonstraram significância estatística.

Comparando os dois períodos, percebe-se que o valor do coeficiente do lucro líquido diminuiu. Esse resultado permanece oposto ao de Santos, Lemes e Barboza (2019), assim como no modelo 1. Embora o coeficiente do patrimônio líquido também tenha diminuído, a não significância de seu beta não permite inferir sobre sua relevância, contrariando Giner e Pardo (2018), bem como o modelo 1.

O coeficiente da variável PL*SET aumentou entre os períodos e manteve uma relação positiva com preço das ações. Pode-se dizer que a relevância aumentou em relação a interação do patrimônio líquido e a variável *dummy* setor. Já o coeficiente da variável LL*SET apresentou coeficiente negativo, o que significa que o aumento de 1 real no lucro líquido por ação nas indústrias mais impactadas levaria um aumento no preço menor que 0.9586 reais.

Isso significa que antes de 2019, o mercado estava atribuindo um preço mais baixo aos setores que possuíam maior lucro líquido por ação. No período pós IFRS 16 essa variável se tornou não significativa estatisticamente, coerente com Matos (2021), indicando que após a adoção da norma, o mercado passou a não valorizar essa informação.

Quanto ao grau do poder de explicação do modelo nos dois períodos por meio do R² ajustado, os resultados indicam que a relevância da informação contábil relacionada ao IFRS 16 diminuiu de 86,58% para 31,78%. Quando se comparou os períodos pré e pós entre os modelos 1 e 3 (R² ajustado= 0,8650 (mod. 1 antes) versus 0,8658 (mod. 3 antes); 0,2953 (mod. 1 depois) versus 0,3178 (mod. 3 depois)) verificou-se que a inserção da variável *dummy* aumentou o poder explicativo do modelo.

Esse resultado sugere que as variáveis de interação com a variável *dummy* setorial contribuíram na explicação do preço das ações na proporção de 0,08% unidades no período pré-adoção e 2,25% unidades no período pós, indicando que a inserção da variável *dummy* aumentou o poder explicativo do modelo quando comparada com a amostra total (sem divisão setorial). A partir desses achados, rejeita-se a hipótese 3.

4.2 TEMPESTIVIDADE

Os resultados das regressões do modelo 4 são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Resultados da análise do modelo 4 de tempestividade

ANTES				
RET _{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,1531	0,0352	4,3534	0,0000***
LPA _{it}	0,0909	0,0767	1,1842	0,2394
Δ LPA _{it}	-0,0244	0,0042	-5,7969	0,0000***
Nº de obs.	182	Maior VIF		1,0540
R²	0,1010	Durbin-Watson		2,2072
R² ajustado	0,1004	Jarque-Bera		0,3954
F	11,0602	Wooldridge		0,3254
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,7992	Hausman		0,0166
Breusch-Pagan	0,2695			
DEPOIS				
RET _{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,0469	0,0300	1,5628	0,1216
LPA _{it}	0,3981	0,1633	2,4371	0,0168**
Δ LPA _{it}	-0,0195	0,0683	-0,2859	0,7756
Nº de obs.	273	Maior VIF		1,0180
R²	0,1023	Durbin-Watson		1,9414
R ajustado²	0,0957	Jarque-Bera		0,4767
F	15,3877	Wooldridge		0,4202
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,9993	Hausman		0,8993
Breusch-Pagan	0,0028			

Nota: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. Os modelos não atenderam aos pressupostos de normalidade e heterocedasticidade dos resíduos; atenderam a regra de Gujarati e Porter (2011) para incidência de grave multicolineariedade; e evidenciaram resíduos correlacionados. Nos casos em que esses pressupostos não foram atendidos, aplicou-se medidas corretivas como mencionado na metodologia. Por meio do diagnóstico de painel, verificou-se que afeitos fixos é a abordagem mais apropriada para o modelo do período anterior a adoção do IFRS 16 e efeitos aleatórios para o período posterior.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Avaliando o modelo 4 no período pré-adoção do IFRS 16, nota-se que ele é estatisticamente significativa a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 10,10%. Segundo Lima (2010), pesquisas que fazem associação de lucro e retorno constataam um valor de R^2 geralmente em torno de 5%, sendo o valor encontrado considerado acima da média.

Para Kothari (2001) e Easton, Shroff e Taylor (2000), alguns fatores como antecipação dos resultados pelos preços, sistema de reconhecimento contábil e resultados transitórios são alguns fatores responsáveis pela baixa correlação entre lucro e retorno. Dentre as variáveis independentes, somente o beta de Δ LPA possui significância estatística.

No período pós adoção, o modelo também é estatisticamente significativa a 1%, com grau de explicação (R^2) de 10,23%. Nele, apenas o beta de LPA possui significância estatística, demonstrando-se como um dado oportuno e que possui associação com o retorno.

Confrontando o grau do poder de explicação do modelo nos dois períodos por meio do R^2 ajustado, os resultados indicam que a oportunidade da informação contábil relacionada ao IFRS 16 reduziu de 10,04% para 9,57%, contrário a Lima (2010), Silva (2013) e García et al., levando a rejeição da hipótese 2 da pesquisa. Essa redução foi menor comparado com modelo de relevância.

Ainda dentro do escopo da hipótese 2, a análise prosseguiu para o modelo 5. Os resultados da regressão referente a esse modelo, onde uma análise da amostra no período total é realizada por meio da inclusão da variável *dummy* IFRS16, são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Resultados da análise do modelo 5 de tempestividade

RET _{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,2340	0,0211	11,1051	0,0000***
LPA _{it}	0,0714	0,0535	1,3341	0,1855
Δ LPA _{it}	-0,0248	0,0026	-9,7249	0,0000***
LPA _{it} *IFRS16	0,3521	0,1734	2,0307	0,0452**
Δ LPA _{it} *IFRS16	0,0636	0,0823	0,7728	0,4417
COVID _{it}	-0,3623	0,0371	-9,7758	0,0000***
Nº de obs.	455	Maior VIF		1,242
R²	0,2607	Durbin-Watson		2,2307
R² ajustado	0,2525	Jarque-Bera		0,0529
F	31,6729	Wooldridge		0,4428
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,7916	Hausman		1,0000
Breusch-Pagan	0,0000			

Nota: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. Os modelos não atenderam aos pressupostos de normalidade e heterocedasticidade dos resíduos; atenderam a regra de Gujarati e Porter (2011) para incidência de grave multicolineariedade; e evidenciaram resíduos correlacionados. Nos casos em que esses pressupostos não foram atendidos, aplicou-se medidas corretivas como mencionado na metodologia. Por meio do diagnóstico de painel, verificou-se que afeitos aleatórios é a abordagem mais apropriada para o modelo.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Avaliando o modelo 5, nota-se que ele é estatisticamente significativa a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 26,07%. Dentre as variáveis independentes, os betas de Δ LPA, LPA*IFRS16 e COVID demonstraram significância estatística, exceto LPA e Δ LPA*IFRS16. Esse resultado aponta que todas as variáveis significativas são informações oportunas, capazes de influenciar a percepção dos investidores diante do impacto da adoção do padrão IFRS 16 no valor das empresas da B3.

A variável de interesse LPA*IFRS16 é significativa e seu coeficiente positivo, demonstrando um impacto positivo na tempestividade, tal como Silva (2013). No entanto, não é possível afirmar que ela impactaria de forma a aumentar a tempestividade, pois a comparação com o LPA não se torna viável pela não significância estatística do beta. Além disso, a não significância da variável Δ LPA*IFRS16 permite afirmar que essa variável não

possui influência na explicação das variações dos retornos, reforçando a ideia de que a tempestividade não tendeu a um aumento.

A variável COVID é significativa e seu coeficiente negativo, ou seja, a pandemia do coronavírus está negativamente relacionada ao *timeliness* das empresas da amostra, assim como no modelo de *value relevance*, contrapondo Šušak (2020). Com base nesse resultado, sugere-se que diferentes medidas regulatórias tomadas durante a pandemia do coronavírus como prolongação de prazos das demonstrações financeiras, tenha afetado negativamente a tempestividade dessas informações na tomada de decisão dos usuários e o ganho dessas empresas. Todos os achados do modelo 5 agregam aos achados do modelo 4, levando a rejeição da hipótese 2.

Encaminhando-se para o escopo da hipótese 4, a análise prosseguiu para o modelo 6. Os resultados da regressão referente a esse modelo, onde uma análise da amostra é realizada por meio da inclusão da variável *dummy* Setor, são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Resultados da análise do modelo 6 de tempestividade

ANTES				
RET _{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,1434	0,0243	5,9030	0,0000***
LPA _{it}	0,0470	0,0175	2,6780	0,0074***
Δ LPA _{it}	-0,0248	0,0031	-7,922	0,0000***
LPA _{it} *SET	0,3848	0,0889	4,3280	0,0000***
Δ LPA _{it} *SET	0,1323	0,0897	1,4750	0,1402
Nº de obs.	182	Maior VIF		2,5810
R²	0,2018	Durbin-Watson		1,9214
R² ajustado	0,1838	Jarque-Bera		0,4670
F	11,1902	Wooldridge		0,7389
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,9616	Hausman		0,4762
Breusch-Pagan	0,0000			
DEPOIS				
RET _{it}	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,0489	0,0256	1,911	0,0560*
LPA _{it}	0,3846	0,1430	2,6900	0,0071***
Δ LPA _{it}	-0,0028	0,0635	-0,0431	0,9656
LPA _{it} *SET	0,3499	0,3624	0,9656	0,3342
Δ LPA _{it} *SET	-0,2303	0,2322	-0,9917	0,3214
Nº de obs.	273	Maior VIF		1,2390
R²	0,1089	Durbin-Watson		1,6553
R² ajustado	0,0957	Jarque-Bera		0,4939
F	8,1919	Wooldridge		0,4529
p-valor (F)	0,0000	LM Breusch-Pagan		0,0000
Chow	0,9988	Hausman		0,5360
Breusch-Pagan	0,0000			

Nota: * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%. Os modelos não atenderam aos pressupostos de normalidade e heterocedasticidade dos resíduos; atenderam a regra de Gujarati e Porter (2011) para incidência de grave multicolineariedade; e evidenciaram resíduos correlacionados. Nos casos em que esses pressupostos não foram atendidos, aplicou-se medidas corretivas como mencionado na metodologia. Por meio do diagnóstico de painel, verificou-se que afeitos aleatórios é a abordagem mais apropriada para ambos os modelos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Examinando o modelo 6 no período pré-adoção, nota-se que ele é estatisticamente significativa a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 20,18%. Dentre as variáveis independentes, todos os betas demonstraram significância estatística, exceto de $\Delta LPA*SET$.

Esse resultado aponta que essas variáveis são capazes de explicar o retorno das ações, ou seja, são oportunas. No período pós adoção do IFRS 16, o modelo também é estatisticamente significativa a 1%, com um grau de explicação (R^2) de 10,89%. Dentre as variáveis independentes, apenas o beta de LPA demonstrou significância estatística.

Comparando os dois períodos, percebe-se que o valor do coeficiente do lucro líquido por ação aumentou, assim como no modelo 4. O coeficiente do patrimônio líquido também diminuiu, porém a não significância de seu beta não permite inferir sobre sua tempestividade, bem como no modelo 1.

O coeficiente da variável $LPA*SET$ apresentou coeficiente positivo, o que significa que o aumento de 1 real no lucro líquido por ação nas indústrias mais impactadas levaria um aumento no preço maior que 0.3848 reais. No período pós IFRS 16 essa variável se tornou estatisticamente não significativa.

O mesmo ocorre com $\Delta LPA*SET$. No período pré-adoção, obteve relação positiva com o retorno, onde aumento de 1 real na variação do lucro líquido por ação nas indústrias mais impactadas levaria um aumento no preço maior que 0.1323 reais. No período pós IFRS 16 essa variável se tornou estatisticamente não significativa.

Quanto ao grau do poder de explicação do modelo nos dois períodos por meio do R^2 ajustado, os resultados indicam que a tempestividade da informação contábil relacionada ao IFRS 16 diminuiu de 18,38% para 09,57%. Quando se comparou os modelos 4 e 6 no período pré e se manteve no período pós (R^2 ajustado= 0,1004 (mod. 4 antes) versus 0,1838 (mod. 6 antes); 0,0957 (mod. 4 depois) versus 0,0957 (mod. 6 depois)) verificou-se que a inserção da variável *dummy* aumentou o poder explicativo do modelo.

Esse resultado sugere que as variáveis de interação com a variável *dummy* setorial contribuíram na explicação do retorno das ações na proporção de 08,81% unidades no período pré-adoção e 0% unidades no período pós, indicando que a inserção da variável *dummy* aumentou o poder explicativo do modelo quando comparada com a amostra total (sem divisão setorial). A partir desses achados, rejeita-se a hipótese 4.

4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A respeito das hipóteses utilizadas, um resumo dos resultados obtidos é exposto no Quadro 12.

Quadro 12- Resumo dos resultados das hipóteses

Hipóteses	Modelos	Resultados
H1: O IFRS 16 aumenta a relevância da informação contábil nas empresas do mercado brasileiro de capitais.	Modelo 1 Modelo 2	Rejeitada
H2: O IFRS 16 aumenta a tempestividade da informação contábil nas empresas do mercado brasileiro de capitais.	Modelo 4 Modelo 5	Rejeitada
H3: O IFRS 16 aumenta a relevância da informação contábil a depender do setor no qual a empresa pertence.	Modelo 3	Rejeitada
H4: O IFRS 16 aumenta a tempestividade da informação contábil a depender do setor no qual a empresa pertence.	Modelo 6	Rejeitada

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir dos resultados do modelo 1, verificou-se a diminuição da relevância comparando o período pré e pós adoção do IFRS 16, já que o R^2 ajustado diminuiu de 86,50% para 29,53%, indo de encontro aos achados de Pettersson e Brusewitz (2020) e Lima (2010). Já o modelo 2 verificou quais variáveis exerceram efeito significativo na relevância da informação contábil, capturando o efeito dos períodos pré e pós a partir da *dummy* IFRS16.

Nele, a variável $LL*IFRS16$ se apresentou significativa e positiva coerente com Silva (2013) e Odoemelam, Okafor e Ofoegbu (2019). No entanto as variáveis $PL*IFRS16$ e COVID se apresentaram significativas e negativas, demonstrando uma relação negativa com o preço, indo de encontro a Silva (2013), Odoemelam, Okafor e Ofoegbu (2019) e Coelho e Rodrigues (2021).

Essa relação negativa revela que a adoção do IFRS 16 e a pandemia do Coronavírus contribuíram na diminuição da relevância, ou seja, num decréscimo da informação. Todos esses achados levaram a rejeição da hipótese 1.

O modelo 3 verificou se houve aumento da relevância, comparando o período pré e pós adoção da norma, a partir de uma variável *dummy* setorial. Os resultados foram alinhados com o modelo 1 e constataram ainda que o efeito setorial seja controlado, a relevância reduziu no período pós adoção IFRS 16, contribuindo para a rejeição da hipótese 3.

A partir dos resultados do modelo 4, constatou-se a diminuição da tempestividade comparando o período pré e pós adoção do IFRS 16, já que o R^2 ajustado diminuiu 10,04% para 9,57%, contrário a Lima (2010), Silva (2013) e García et al., 1. Já o modelo 5 verificou quais variáveis exerceram efeito significativo na tempestividade da informação, capturando o efeito dos períodos pré e pós a partir da *dummy* IFRS16.

Nele, a variável de interesse $LPA*IFRS16$ é significativa e seu coeficiente positivo, demonstrando um impacto positivo na tempestividade, tal como Silva (2013). Já a variável

$\Delta LPA * IFRS16$ é não significativa, ou seja, não possui influência na explicação das variações dos retornos, reforçando a ideia de que a tempestividade não tendeu a um aumento.

A variável COVID é significativa e seu coeficiente negativo, ou seja, a pandemia do coronavírus está negativamente relacionada a tempestividade das empresas da amostra, assim como no modelo de relevância, contrário Šušak (2020). As medidas regulatórias tomadas durante a pandemia do coronavírus como prolongação de prazos das demonstrações financeiras foram fatores que possivelmente afetaram negativamente a tempestividade dessas informações na tomada de decisão dos usuários e o ganho dessas empresas. Todos esses achados levaram a rejeição da hipótese 2.

O modelo 6 verificou se houve aumento da tempestividade, comparando o período pré e pós adoção da norma, a partir de uma variável *dummy* setorial. Os resultados foram alinhados com o modelo 4 e constataram mesmo que o efeito setorial seja controlado, a tempestividade reduziu no período pós adoção IFRS 16, contribuindo para a rejeição da hipótese 4.

O *value relevance* e *timeliness* seguiram a mesma tendência de redução, coerente com Matos (2021) e contrário a Pettersson e Brusewitz (2020), pois acredita-se que os usuários da informação já incorporavam as informações referentes ao *leasing* em suas análises, e conseqüentemente, no preço das ações.

5 CONCLUSÃO

A adoção da IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019, estabeleceu que a forma de classificação dos arrendamentos pelas arrendatárias assume um único método de contabilização, onde ativos e passivos passam a ser reconhecidos no balanço. A partir disso, era esperado que essa contabilização das operações de *leasing* afetasse as demonstrações financeiras, especificamente balanço patrimonial, demonstração dos resultados e indicadores econômicos.

O desenvolvimento da norma pelo IASB teve por objetivo aumentar a qualidade da informação contábil, de forma que elas sejam mais transparentes e relevantes, auxiliando os usuários na tomada de decisão. A este fato, atribui-se uma oportunidade de pesquisa, onde buscou-se analisar os efeitos da adoção do IFRS 16 na relevância e tempestividade da informação contábil em empresas brasileiras arrendatárias do mercado brasileiro de capitais.

A partir do modelo de preço, os resultados demonstraram que houve uma redução na relevância, visto que houve uma diminuição no R^2 ajustado comparando os períodos pré e pós no modelo 1. No modelo 2, considerando a amostra no período total de 5 anos, as variáveis de interação com a variável *dummy* IFRS 16 apresentaram significância estatística, sendo o PL correlacionado negativamente com o preço das ações. Além dele, a variável *dummy* COVID também se apresentou significativa e negativa. Todos esses achados se complementaram e levaram a rejeição da hipótese 1.

A partir do modelo de retorno, os resultados constataram uma redução na tempestividade, uma vez que se percebeu uma diminuição do R^2 ajustado entre os períodos pré e pós no modelo 4. Levando-se em conta a amostra como um todo no modelo 5, dentre as variáveis de interação, somente a $LPA * IFRS16$ apresentou significância estatística correlação positiva.

Ainda assim, não foi possível afirmar que ela contribuiu para um aumento da tempestividade, devido a insignificância da variável LPA, tornando a comparação entre os coeficientes inviável. A variável COVID também apresentou significância estatística e uma correlação negativa. Todos esses achados se integraram, corroborando para a rejeição da hipótese 2.

A diminuição da relevância e da tempestividade no estudo vai ao encontro de que ainda que essas informações divulgadas sobre passivo operacional antes da adoção do IFRS 16 tivessem suas limitações, elas eram capazes de suprir a necessidade dos usuários ao ponto de serem incorporadas por eles ao preço das ações.

Além disso, como a amostra é formada por empresas arrendatárias, abre-se margem para discutir até que ponto essas empresas de fato ainda estão se adaptando para divulgar informações relevantes e tempestivas de forma a defender seus interesses, considerando também o período atípico da pandemia do COVID-19.

Quanto a análise setorial, por meio dos modelos 3 (relevância) e 6 (tempestividade), percebeu-se resultados semelhantes. Em ambos, o R^2 ajustado diminuiu quando comparado os períodos pré e pós, seguindo a mesma tendência dos modelos anteriores. Ademais, em uma análise entre modelos notou-se que a inserção dessa variável de forma multiplicativa aumentou o grau de explicação dos modelos de relevância e tempestividade. Todos esses achados se integraram, corroborando para a rejeição das hipóteses 3 e 4.

Portanto, pode-se concluir que a adição de uma variável *dummy* captura o efeito setorial na relevância e na tempestividade, sendo possível afirmar que mesmo após a divisão da amostra em setores menos e mais impactados, a relevância reduziu. Outro ponto importante a ser enfatizado, é a mesma tendência que ambas as métricas possuem. Observa-se que uma redução da relevância gerou uma redução na tempestividade.

Esse comportamento condiz com o fato de a tempestividade ser um fator de restrição da relevância. A falta de informações oportunas tende a gerar informações menos relevantes e vice-versa. No lapso temporal abordado pela presente pesquisa, foi possível perceber que a COVID teve influência nesse comportamento, em ambas as métricas, revelando uma perda no conteúdo informacional.

Contudo, não se pode restringir a análise apenas por esse viés, já que o período pós é composto pelo ano de 2019 que não teve influência do vírus, além de que a pandemia, em algumas situações, intensificou cenários já negativos ou com previsões desfavoráveis.

Os achados do presente estudo contribuem com diferentes agentes econômicos. Para investidores que baseiam suas decisões nas informações contábeis. Gestores, dado que a maior parte de analistas e investidores já capitalizam as informações sobre arrendamentos em suas análises e as incorporavam no preço. Normatizadores, pois os resultados mostram que esse a norma IFRS 16 não aumentou a relevância e a tempestividade das informações contábeis.

Como limitação, pontua-se a amostra. Foram consideradas apenas empresas listadas na B3, sendo utilizadas somente observações advindas da base de dados da Economatica®. Quanto ao período pré-adoção do IFRS 16, abrangeu-se na análise somente dois anos. Além disso, o estudo foi feito 3 anos após a implementação. Nesse caso, os resultados podem ter

sofrido influência de outros fatores. É possível que as métricas utilizadas para mensurar qualidade da informação contábil não detecte os reais efeitos apresentados.

Para pesquisas futuras, sugere-se que esse estudo seja replicado quando houver a possibilidade de ampliação do lapso temporal para uma avaliação mais refinada dos efeitos da norma IFRS 16. Sugere-se também a inserção de outras variáveis de controle que tenham relação com o IFRS 16, como tamanho da empresa, endividamento, passivo de arrendamento e uma análise com a perspectiva de outras métricas de qualidade da informação contábil abrangendo mercados de outros países.

REFERÊNCIAS

- AHMED, A. S.; KILIC, E. LOBO, G.J. Does Recognition versus disclosure matter? evidence from value-relevance of banks recognized and disclosed derivative financial instruments. **The Accounting Review**, v. 81, n. 3, p.567-588, 2006.
- ALFORD, A.; JONES, J.; LEFTWICH, R.; ZMIJEWSKI, M. The Relative Informativeness of Accounting Disclosures in Different Countries. **Journal of Accounting Research**, v. 31, p. 183–223, 1993.
- ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) –Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALTAMURO, J.; JOHNSTON, R.; PANDIT, S.; ZHANG, H. Operating leases and credit assessments. **Contemporary Accounting Research**, v. 31, n. 2, p. 551-580, 2014.
- ALVES, A. F. M. **Transição para a IFRS 16: análise de value relevance para empresas cotadas na Euronext Lisbon**. 2020. Dissertação (Mestrado em Auditoria e Fiscalização) - Católica Porto Business School da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2020.
- AMIR, E.; HARRIS, T. S.; VENUTI, E. K. A Comparison of the value-relevance of US versus non-US GAAP accounting measures using form 20-F reconciliations. **Journal of Accounting Research**, v. 31, p. 230-264, 1993.
- ARAÚJO, T. A.; ZITTEI, M. V. M. Impactos na convergência das normas internacionais de contabilidade de leasing para arrendatários. **CAFI-Contabilidade, Atuária, Informação & Finanças**, v. 1, n. 1, p. 44-57, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LEASING (ABEL). **Leasing: informações do setor no contexto do crédito no Brasil**. 2022. Disponível em:https://www.leasingabel.com.br/wp-content/uploads/2022/09/Informacoes-do-Setor-no-Contexto-do-Credito-no-Brasil_jun22.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.
- BALL, R. International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, p. 5-27, 2006.
- BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 159–177, 1968.
- BALL, R.; KOTHARI, S.P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.
- BARONE, E.; BIRT, J.; MOYA, S. Lease accounting: a review of recent literature. **Accounting in Europe**, v. 11, n. 1, p. 35-54, 2014.

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 77-104, 2001.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>.

BARTH, M. E.; LI, K.; MCCLURE, C. G. **Evolution in value relevance of accounting information**. Working paper, Stanford University, 2018.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BEAVER, W. The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p.67–92, 1968.

BEAVER, W. H.; LAMBERT, R. A.; RYAN, S. G. The information content of security prices: a second look. **Journal of Accounting and Economics**, v. 9, n. 2, p. 139-157, 1987.

BEISLAND, L. A. A Review of the Value Relevance Literature. **The Open Business Journal**, v. 2, p. 7-27, 2009.

BRADSHAW, M.T.; MILLER, G.S. Will harmonizing accounting standards really harmonize accounting? Evidence from non-US firms adopting US GAAP. **Journal of Accounting, Auditing and Finance**, v. 23, n. 2, p. 233–263, 2008.

BRASIL. Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e de outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 1974.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15dez. 1976.

_____. Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983. Altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que "dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil, e dá outras providências" e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 1983.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

BROWN, P. Some observations on research on the benefits to nations of adopting IFRS. **The Japanese Accounting Review**, v. 3, p. 1-19, 2013.

BROWN, S.; LO, K.; LYS, T. Use of R2 in accounting research: measuring changes in value relevance over the last four decades. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, n. 2, p. 83-115, 1999.

BUNEA-BONTAȘ, C. A. Lease accounting under IFRS 16 and IAS 17—A comparative approach. **Revista Economia Contemporană**, v. 2, n. 2, p. 78-84, 2017.

BUSHMAN, R.; CHEN, Q.; ENGEL, E.; SMITH, A. Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. **Journal of Accounting and Economics**, v. 37, n. 2, p. 167-201, 2004.

BUTLER, M.; KRAFT, A.; WEISS, I. S. The effect of reporting frequency on the timeliness of earnings: The cases of voluntary and mandatory interim reports. **Journal of Accounting and Economics**, v. 43, n. 2-3, p. 181-217, 2007.

CAMPANHA, R. A.; SANTOS, O. M. Impactos da adoção do IFRS 16 em uma empresa brasileira arrendatária. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 39, n. 3, p. 1-18, 2020.

CAPPELLESSO, G.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Influências da regulação na qualidade das informações contábeis no âmbito do mercado de capitais: um ensaio teórico. **Revista Universo Contábil**, v. 16, n. 2, p. 07-25, 2021.

ČEVIZOVIĆ, I.; MIJOČ, I. Implications of the new accounting model for leases. **Ekonomski vijesnik/Econviews-Review of Contemporary Business, Entrepreneurship and Economic Issues**, v. 32, n. 1, p. 195-207, 2019.

CEZARIO, S. F. **Análise dos potenciais impactos nos indicadores financeiros da Gol Linhas Aéreas inteligentes com a adoção da IFRS 16-leases**. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) –Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CHEN, C. J. P.; CHEN, S.; SU, X. Is accounting information value-relevant in the emerging Chinese stock market? **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2001.

CHENG, C. S. A.; HSIEH, S. J. Value relevance of the earnings impact of lease capitalization. **Advances in Accounting**, v. 17, p. 31-64, 2000.

CHRISTENSEN, H. B.; LEE, E.; WALKER, M.; ZENG, C. Accounting quality changes around IFRS adoption? **European Accounting Review**, v. 24, n. 1, p. 31-61, 2015.

COELHO, L. C. S.; RODRIGUES, J. M. Qualidade da informação contábil: uma investigação quanto ao value relevance das empresas brasileiras em tempos de Covid-19. In: Congresso USP da Iniciação Científica em Contabilidade, 18., 2021, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2021.

COLAUTO, R. D.; MOREIRA, R. L.; ANGOTTI, M; BISPO, O. N. A. Conservadorismo e a qualidade informacional dos resultados contábeis publicados: um estudo em siderúrgicas brasileiras. **Estudos do ISCA**. v. 2, p. 1-26, 2010.

COLLINS, D. W.; KOTHARI, S. P.; SHANKEN, J.; SLOAN, R. G. Lack of timeliness and noise as explanations for the low contemporaneous return-earnings association. **Journal of Accounting and Economics**, v. 18, n. 3, p. 289-324, 1994.

COLLINS, D. W.; MAYDEW, E. L.; WEISS, I. S. Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 39-67, 1997.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

CORNAGGIA, K. J.; FRANZEN, L. A.; SIMIN, T. T. Bringing leased assets onto the balance sheet. **Journal of Corporate Finance**, v. 22, p. 345-360, 2013.

COSTA, P. S. **Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras**. 2012. 191 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. 2022. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. **Pronunciamento Técnico 00**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Pronunciamento Técnico 06 (R1)**: Operações de Arrendamento Mercantil. 2010. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/163_CPC_06_R1_rev%2008.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Pronunciamento Técnico 06 (R2)**: Operações de Arrendamento Mercantil. 2017. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_(R2).pdf). Acesso em: 03 mar. 2021.

DA SILVA, R. L. M.; **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio**. 2013. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Mandatory IFRS adoption around the world: Early evidence on the economic consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, 2008.

DAVIS-FRIDAY, P.Y.; LIU, C-S.; MITTELSTAEDT, F.H. Recognition and Disclosure Reliability: Evidence from SFAS No. 106*. **Contemporary Accounting Research**, v. 21, n. 2, p. 399-429, 2004.

DECHOW, P. M. Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 18, n. 1, p. 3-42, 1994.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, v. 77, n. 1p. 35-59, 2002.

DECHOW, P. M.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants, and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, dec.2010.

DELVIZIO, P.; MACEDO, M. A.; QUEIROZ, J.; LOPES, P. Análise do efeito moderador da liquidez no modelo de relevância da informação contábil no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 13, n. 2, p. 67-88, 2020.

DIAS, A. L.; LIMA, C. V. R. S; CRUZ, C. F; COSTA, T. A. Avaliação comparativa dos impactos do CPC 06 (R2) Arrendamentos sobre as empresas de telecomunicações, comércio e transporte Aéreo na B3. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 15, n. 1, p. 25-49, 2023.

DRUKKER, D. M. Testing for serial correlation in linear panel-data models. **The Stata Journal**, v. 3, n. 2, p. 168-177, 2003.

DUARTE, F. C. L.; GIRÃO, L. F. A. P.; PAULO, E. Avaliando modelos lineares de value relevance: eles captam o que deveriam captar? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 110-134, 2017.

DUKE, J. C.; HSIEH, S. J.; SU, Y. Operating and synthetic leases: Exploiting financial benefits in the post-Enron era. **Advances in Accounting**, v. 25, n. 1, p. 28–39, 2009.

EASTON, P. D. Discussion of revalued financial, tangible, and intangible assets: association with share prices and non-market-based value estimates. **Journal of Accounting Research**, v. 36, p. 235-247, 1998.

EASTON, P. D. Security returns and the value relevance of accounting data. **Accounting Horizons**, v. 13, p. 399-412, 1999.

EASTON, P. D.; SHROFF, P.; TAYLOR, G. Permanent and transitory earnings, accounting recording lag, and the earnings coefficient. **Review of Accounting Studies**, v. 5, n. 4, p. 281-300, 2000.

EASTON, P. D.; SOMMERS, G. A. Scale and the scale effect in market-based accounting research. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 30, n. 1-2, p. 25-56, 2003.

EDEIGBA, J.; AMENKHIENAN, F. The influence of IFRS adoption on corporate transparency and accountability: evidence from New Zealand. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 11, n. 3, p. 3-19, 2017.

EDWARDS, E. O.; BELL, P. W. **The Theory and Measurement of Business Income**, Berkeley, CA: University of California Press, 1961.

ERNST & YOUNG. **Dez pontos de atenção sobre a nova norma de arrendamento mercantil**. Brasil. 2017. Disponível em:[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/leasingifrs16/\\$FILE/newleasingstandard.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/leasingifrs16/$FILE/newleasingstandard.pdf). Acesso em: 24 mai. 2021.

FERREIRA, M. P.; RIBEIRO, A. M.; MILHOMEM, J. F. C.; CARMO, C. H. S. Contabilidade Societária X Contabilidade Regulatória: Value relevance das informações contábeis do setor elétrico brasileiro. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 32, n. 2, p. 205-229, 2021.

FITÓ, M. A.; MOYA, S.; ORGAZ, N. Considering the effects of operating lease capitalization on key financial ratios. **Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación Y Contabilidad**, v. 42, n. 159, p. 341–369, 2013.

FRANCIS, J.; SCHIPPER, K. Have financial statements lost their relevance? **Journal of Accounting Research**, v. 37, n. 2, p. 319-352, 1999.

FUNDAÇÃO IFRS. **IASB post- implementation reviews**. 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/projects/post-implementation-reviews/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

FUNDAÇÃO IFRS. **Who uses IFRS Standards?** 2022. Disponível em: <https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. **Who we are**. 2022. Disponível em: <https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GARCÍA, M. P. R.; ALEJANDRO, K. A. C.; SÁENZ, A. B. M.; SÁNCHEZ, H. H. G. Does IFRS adoption increase value relevance and earnings timeliness in Latin America? **Emerging Markets Review**, v. 30, p. 155-168, 2017.

GINER, B.; PARDO, F. Operating lease decision and the impact of capitalization in a bank-oriented country. **Applied Economics**, v. 49, n. 19, p. 1886-1900, 2017.

GINER, B.; PARDO, F. The value relevance of operating lease liabilities: Economic effects of IFRS 16. **Australian Accounting Review**, v. 28, n. 4, p. 496-511, 2018.

GOUVEIA, D. N. A. **The effects of the new accounting standard for leases on firms**. 2019. Tese (Doutorado em Finanças) – School of Business and Economics da Universidade Nova, Lisboa, 2019.

GÜDELICI, E. N. The effect of IFRS 16 Leases standard on financial indicators of turkishretailer companies. **Kirklareli University Journal of the Faculty of Economics and Administrative Sciences**, v. 10, n. 2, p. 355-372, 2021.

HABIB, A.; AZIM, I. Corporate governance and the value-relevance of accounting information: evidence from Australia. **Accounting Research Journal**, v. 21, n. 2, p. 167-194, 2008.

HÄUSLER, G. The globalization of finance. *Finance and Development*, v.39, n. 1, p. 1-6, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOECHLE, D. Robust standard errors for panel regressions with cross-sectional dependence. **The Stata Journal**, v. 7, n. 3, p. 281-312, 2007.

HOOGERVORST, H. 2016, ‘**Introductory Comments to the European Parliament**’. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Alerts/Conference/Documents/2015/Hans-Hoogervorst-speech-Jan-2016.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

HOULTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 3-75, 2001.

IASB-INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Project Summary and Feedback Statement - IFRS 16 Lease**. 2016a. Disponível em: <https://www.ifrs.org/-/media/project/leases/ifrs/published-documents/ifrs16-project-summary.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

_____. **Effects Analysis IFRS 16 Leases**. 2016b. Disponível em: <https://www.ifrs.org/-/media/project/leases/ifrs/published-documents/ifrs16-effects-analysis.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

ISIDRO, H.; RAONIC, I. Firm incentives, institutional complexity and the quality of “harmonized” accounting numbers. **The International Journal of Accounting**, v. 47, n. 4, p.407-436.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

JARVA, H.; LANTTO, A. M. Information content of IFRS versus domestic accounting standards: evidence from Finland. **The Finnish Journal of Business Economics**, n. 2, p. 141-177, 2012.

JOUBERT, M.; GARVIE, L.; PARLE, G. Implications of the new accounting standard for leases AASB 16 (IFRS 16) with the inclusion of operating leases in the balance sheet. **The Journal of New Business Ideas & Trends**, v. 15, n. 2, p. 1-11, 2017.

KLANN, R. C.; SALLA, N. M. G. Convergência voluntária às normas internacionais de contabilidade em sociedades cooperativas: correlação entre padrões e práticas. **ConTexto**, v. 14, n. 26, p. 90-102, 2014.

KOTHARI, S. P. Capital markets research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 105-231, 2001.

KOTHARI, S. P.; ZIMMERMAN, J. L. Price and return models. **Journal of Accounting and Economics**, v. 20, n. 2, p. 155-192, 1995.

KPMG. **IFRS Arrendamentos: uma análise fundamental do novo modelo contábil para arrendamentos**. Brasil. 2018. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2018/01/br-ifrs-16-arrendamentos.pdf>. Acesso em: 18 mai.2021.

LANDSMAN, W. R.; MAGLIOLO, J. Cross-sectional capital market research and model specification. **The Accounting Review**, v. 63, n. 4, p. 586-604, 1988.

LIMA, J. B. N. 2010. **A relevância da accounting information e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LLOYD, S. **Investor perspectives - a new lease of life**. 2016. Disponível em: <https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2016/ifrs-16-leases/#published-documents>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LOPES, A. B. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado à BOVESPA**. 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOPES, A. B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. A. D. C. Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 126-139, 2015.

LUBAVE, M. V.; MAZZUCO, M. A. S.; NEZ, J. A qualidade da informação contábil e a influência do value relevance nas empresas brasileiras da BM&FBOVESPA: um estudo bibliométrico. In: Congresso UFSC de controladoria e finanças, 7., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-12.

LUNDHOLM, R.; MYERS, L. A. Bringing the Future Forward: the effect of disclosure on the returns-earnings relation. **Journal of Accounting Research**, v. 40, n. 3, p. 809-839, 2002.

MAGLIO, R.; RAPONE, V.; REY, A. Capitalisation of operating lease and its impact on firm's financial ratios: evidence from italian listed companies. **Corporate Ownership & Control**, v. 15, n. 3-1, p. 152-162, 2018.

MARQUES, B. F. V. **O impacto da transição para a IFRS 16: o caso das empresas ibéricas cotadas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Auditoria e Fiscalização) - Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2021.

MARTINEZ, A. L. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Value relevance das informações de leasing operacional: um estudo em empresas brasileiras. **Enfoque: Reflexão**

Contábil, v. 32, n. 2, p. 83-99, 2013.

MATOS, A. I. A. **Effects of the IFRS 16 adoption in the value relevance of accounting information for the European listed companies**. 2021. Dissertação (Mestrado em Finanças) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 2021.

MATOS, E. B. S. **Critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação das operações de leasing segundo a minuta de pronunciamento (ED/2010/9) do IASB: análise da opinião dos usuários da informação contábil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2013.

MATOS, E. B. S.; MURCIA, F. D. R. Contabilidade e arrendamento mercantil/ leasing: revisão da literatura nacional e internacional (2000-2018). **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 13, n. 1, p. 68-8, 2019.

MATOS, N. B.; NIYAMA, J. K. IFRS 16 - leases: desafios, perspectivas e implicações à luz da essência sobre a forma. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 12, n. 3. jul./set. 2018.

MORALES-DÍAZ, J.; ZAMORA-RAMÍREZ, C. The impact of IFRS 16 on key financial ratios: a new methodological approach. **Accounting in Europe**, v.15, n. 1, p. 105-133, 2018a.

MORALES-DÍAZ, J.; ZAMORA-RAMÍREZ, C. IFRS 16 (leases) implementation: Impact of entities' decisions on financial statements. **An estimation: The IEB International Journal of Finance**, v. 17, p. 60-97, 2018b.

MOHSIN, M.; NURUNNABI, M.; ZHANG, J.; SUN, H.; IQBAL, N.; IRAM, R.; ABBAS, Q. The evaluation of efficiency and value addition of IFRS endorsement towards earnings timeliness disclosure. **International Journal of Finance & Economics**, v. 26, n. 2, p. 1793-1807, 2020.

NAJAR, L. L.; MARQUES, J. A. V. C.; CARVALHO, M. S. C.; MELLO, L. B. Principais impactos da nova norma internacional de arrendamento mercantil sobre os indicadores econômico-financeiros das empresas aéreas Gol e Latam. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 10, n. 3, p. 86-106, 2018.

NEEDLES, B. E. Jr. Accounting education: the impact of globalization. **Accounting Education: An International Journal**, v. 19, n. 6, p. 601-605, 2010.

NELSON, M. W.; TAYLER, W. B. Information pursuit in financial statement analysis: effects of choice, effort, and reconciliation. **The Accounting Review**, v. 82, n. 3, p. 731-758, 2007.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- NURYANI, N.; HENG, T. T.; JULIESTA, N. Capitalization of operating lease and its impact on firm's financial ratios. **Procedia- Social and Behavioral Sciences**, v. 211, p. 268-276, 2015.
- OHLSON, J., 1995. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, p. 661–687, 1995.
- OLIVEIRA, A. C. L. B. D.; BONFIM, M. P.; FRAGA, A. N. CPC 06 (R2): Uma análise de sua aplicação e impacto nas demonstrações financeiras da arrendatária. **Pensar Contábil**, v. 21, n. 74, p. 31-40, 2018.
- ÖZTÜRK, M.; SERÇEMELI, M. Impact of new standard “IFRS 16 Leases” on statement of financial position and key ratios: a case study on an airline company in Turkey. **Business and Economics Research Journal**, v. 7, n. 4, p. 143-157, 2016.
- PEASNELL, K. V. On capital budgeting and income measurement. **A Journal of Accounting, Finance and Business Studies**, v. 17, n. 1, p. 52-67, 1981.
- PERERA, H.; BAYDOUM, N. Convergence with International Financial Reporting Standards: The Case of Indonesia. **Advances in International Accounting**, v. 20, p. 201-224, 2007.
- PETTERSSON, E.; BRUSEWITZ, M. H. **The value relevance of IFRS 16 on the Swedish Market**. 2020. Dissertação (Mestrado)- Master’s Program in Accounting and Financial Management, Faculty of Social Sciences da Uppsala University, Uppsala, 2020.
- POPE, P. F.; WALKER, M. International differences in the timeliness, conservatism, and classification of Earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 37, p. 53-87, 1999.
- PREINREICH, G. A. D. Annual survey of economic theory: the theory of depreciation. **Econometrica**, v. 6, n. 3, p. 219-241, 1938.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS-PWC. **A study on the impact of lease capitalisation IFRS 16: the new leases standard**. 2016. Disponível em: <https://www.pwc.com/m1/en/services/assurance/documents/impact-of-lease-capitalisation.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- _____. **Coronavírus: questões atuais relacionadas à apresentação de relatórios financeiros**. Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2020/Indepth_corona_20.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.
- _____. **IFRS 16- Para além da implementação**. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/audit-services/assets/pdf/pwc-ifs-16-beyond-the-implementation.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- RABABAH, A.; AL-HADDAD, L.; SIAL, M. S.; CHUNMEI, Z.; CHERIAN, J. Analyzing the effects of COVID-19 pandemic on the financial performance of Chinese listed companies. **Journal of Public Affairs**, p. 1-6, 2020.

RAMELLI, S.; WAGNER, A. F. Feverish stock price reactions to COVID-19. **The Review of Corporate Finance Studies**, v. 9, n. 3, p. 622-655, 2020.

REES, W. P. Influences on the value relevance of equity and net income in the UK. **Managerial Finance**, v. 25, n.12, p. 58-65, 1999.

RIBEIRO, T.; FERREIRA, M. A.; CARVALHO, H. L. M.; FERREIRA, L. V. IFRS 16: impacto da contabilização dos contratos de arrendamento mercantis operacionais no setor de transporte aéreo. In: SENHORAS, E. M. (org.). **Gestão de Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 232-248.

RODRIGUES, A; GOMES, J. S. **Contabilidade Empresarial: Textos e Casos sobre CPC e IFRS**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

RODRIGUES, J. M. **Convergência contábil internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB**. 2012. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2012.

ROGERS, W. Regression standard errors in clustered samples. **Stata Technical Bulletin Reprints**, v. 3, p. 88-94, 1994.

SĂCĂRIN, M. IFRS 16 “Leases” – consequences on the financial statements and financial indicators. **The Audit Financiar Journal**, v. 15, n. 145, p. 114-122, 2017.

SANTOS, A. C.; STAROSKY FILHO, L.; KLANN, R. C. Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 22, p. 95-118, 2014.

SANTOS, L. S. R; COSTA, F. M. Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas Brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p. 27-36, 2008.

SANTOS, O. M.; SILVA, P. D. A. Os métodos contábeis dos esforços bem sucedidos capitalização total: um estudo sob a perspectiva do value relevance. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v.33, n. 2, p.121-138, 2014.

SANTOS, S. M. D.; LEMES, S.; BARBOZA, F. L. M. O value relevance é relevante? **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2019.

SARI, E. S.; ALTINTAS, T.; TAS, N. The effect of the IFRS 16: Constructive capitalization of operating leases in the Turkish retailing sector. **Journal of Business, Economics and Finance**, v. 5, n. 1, p. 138-147, 2016.

SEIDLER, M. V.; FAGUNDES, E. Alteração na contabilização de operações e arrendamento mercantil: evidenciação do impacto previsto pelas companhias dos segmentos de transportes da B3. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 12, n. 1, p. 124-137, 2020.

SCOTT, W. R et al. **Financial accounting theory**. Upper Saddle River, NJ: Pearson, 2015.

SILVA, A.; SOUZA, T. R.; KLANN, R. C. Tempestividade da informação contábil em empresas familiares brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 5, p. 489-502, 2016.

SILVA, E. B.; BOTELHO, F. L. S. Impacto da contabilização do arrendamento mercantil após adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 100-120, 2022.

SILVA, R. L. M. **Adoção completa das IFRS no Brasil**: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio. 2013. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCOTT, W. R. **Financial Accounting Theory**. 5ª ed. Toronto: Pearson Education Canada, 2009.

SHEN, H.; FU, M.; PAN, H.; YU, Z.; CHEN, Y. The impact of the COVID-19 pandemic on firm performance. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 56, n. 10, p. 2213–2230, 2020.

SODERSTROM, N.; SUN, K. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, n. 16, v. 4, p. 675–702, 2007.

SOLTANI, B. Timeliness of corporate and audit reports: some empirical evidence in the French context. **The International Journal of Accounting**, v. 37, n. 2, p. 157-276, 2002.

SOUZA, M.; BORBA, J. Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas companhias de capital aberto brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 77-92, 2017.

SPENCER, A. W.; WEBB, T. Z. Leases: A review of contemporary academic literature relating to lessees. **Accounting Horizons**, v. 29, n. 4, p. 997-1023, 2015.

STANCHEVA-TODOROVA, E.; VELINOVA-SOKOLOVA, N. IFRS 16 leases and its impact on company's financial reporting, financial ratios and performance metrics. **Economic Alternatives**, n. 1, p. 44-62, 2019.

SUNDER, S. IFRS and the accounting consensus. **Accounting Horizons**, v. 23, n. 1, p. 101-111, 2009.

ŠUŠAK, T. The effect of regulatory changes on relationship between earnings management and financial reporting timeliness: The case of COVID-19 pandemic. **Zbornik radova Ekonomskog fakulteta u Rijeci**, v. 38, n. 2, p. 453-473, 2020.

SZUSTER, N. Temos do que nos orgulhar na Contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 121-125, 2015.

TAZIK, H.; MOHAMED, Z. M. Accounting information system effectiveness, foreign ownership and timeliness of corporate financial report. **5th Asia-Pacific Business Research Conference Kuala Lumpur**, Malaysia, 2014.

TOLEDO FILHO, J. R. **Mercado de Capitais Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2012.

VEVERKOVÁ, A. IFRS 16 and it's impacts on aviation industry. **Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis**, v. 67, n. 5, p. 1369-1377, 2019.

VISHNANI, S.; SHAH, B. Kr. Value relevance of published financial statements -with special emphasis on impact of cash flow reporting. **International Research Journal of Finance and Economics**, v. 17, n. 1, p. 1450-2887, 2008.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: a ten-year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131–156, 1990.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

WHITTINGTON, G. Harmonisation or discord? the critical role of the IASB conceptual framework review. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 6, p. 495-502, 2008.

WOLK, H. I; DOOD, J. L.; ROZYCKI, J. J. **Accounting theory: a conceptual and institutional approach**. 5 ed. Ohio: South-Western College Publishing, 2008.

WONG, K.; JOSHI, M. The impact of lease capitalisation on financial statements and key ratios: evidence from Australia. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 9, n. 3, p. 26-44, 2015.

YE, J. Price models and the value relevance of accounting information. **Working Paper Baruch College**, 2007.

YOU, J. **The impact of IFRS 16 lease on financial statement of airline companies**. 2017. Dissertação (Mestrado em Negócios) – Auckland University of Technology, Auckland, 2017.

